

ETIENNE JANIAKE

**PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO
NO “TERCEIRO SETOR”,
À LUZ DA PSICOLOGIA CRÍTICA**

PUC-CAMPINAS

2012

ETIENNE JANIAKE

**PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO
NO “TERCEIRO SETOR”,
À LUZ DA PSICOLOGIA CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia – área de concentração Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Souza Lobo Guzzo

PUC-CAMPINAS

2012

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t150.198
J33p

Janiake, Etienne.

Psicologia e assistência social: reflexões sobre a atuação no “terceiro setor”, à luz da psicologia crítica / Etienne Janiake. - Campinas: PUC-Campinas, 2012.
95p.

Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia crítica. 2. Terceiro setor. 3. Políticas públicas. 4. Sistema Único de Assistência Social. I. Guzzo, Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

22. ed. CDD – t150.198

ETIENNE JANIAKE

**PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO NO
“TERCEIRO SETOR”, À LUZ DA
PSICOLOGIA CRÍTICA**


BANCA EXAMINADORA



Presidente Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo



Profa. Dra. Vera Lucia Trevisan de Souza



Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes

**PUC- CAMPINAS
2012**

À família de onde vim, pelas raízes, força e esperança.
À família que formo hoje, minha seiva, minha luz, meu porto seguro.
A todos aqueles que sofrem com as desigualdades do mundo, e àqueles que lutam para que um dia elas sejam superadas.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo, pela fundamental contribuição na teoria e na práxis, e por ter acreditado no meu potencial e me apoiado no momento em que eu mais precisava.

À Profa. Dra. Vera Trevisan, pela importante contribuição na banca de qualificação e na disciplina cursada.

À Profa. Dra. Márcia Hespanhol, pelas valiosas e pertinentes contribuições na banca de qualificação.

À Profa. Dra. Verônica Ximenes, pela análise criteriosa e importantes contribuições ao trabalho.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa, Adinete Costa, Mariana Meres, Áurea Medeiros, Flávia Ribeiro, Maísa Ribeiro, Cristiane Marçal e Laudemir Alves pela parceria nas discussões e no exercício constante da dialética.

À colega do Grupo de Pesquisa, Adinete Costa, pela valiosa contribuição na revisão desse trabalho.

Aos amigos, Raquel Tizzei, Walter Farianeto e Ana Paula Moreira, pelas incontáveis ajudas acadêmicas e práticas, e por compartilharem comigo os altos e baixos do caminho da pesquisa.

À minha mãe, Ana Maria Signorelli Rebolla e minha irmã, Danielle Janiake Mazzariol, pelo auxílio logístico e apoio emocional sempre presentes.

Finalmente, agradeço ao CNPQ, por ter financiado e possibilitado a realização dessa pesquisa.

"Vestígios de um percurso, do tempo de uma aprendiz.

Lembranças infiltradas no mar das histórias vividas, compondo o quadro que indica por onde seguir.

Vestígios de sentimentos, de sonhos, de certezas vãs, das paixões inocentes de Cervantes, adentrando às cegas turbilhões de forças invisíveis, dissimuladas em máscaras sorridentes, ocas de sentido e carentes de verdade.

Vestígios de um constante despertar, brotando da permanente inquietação e do desejo imperioso de sempre desvelar."

Etienne Janiake
(Fevereiro, 2012)

JANIAKE, Etienne. *Psicologia e Assistência Social: Reflexões sobre a atuação no “terceiro setor”, à luz da Psicologia Crítica*. 2012. 92p. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2012.

RESUMO

O trabalho reflete sobre a inserção da Psicologia nos serviços e programas da Política Nacional de Assistência Social, realizados por entidades socioassistenciais não governamentais do “terceiro setor”. Apresenta como objetivos específicos: expor um panorama crítico do desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social; explicitar os fundamentos dessa política, contrapondo as diretrizes expressas nos marcos legais, com a realidade observada nos programas e serviços em funcionamento no país; refletir sobre o papel desempenhado historicamente pela Psicologia na relação com a questão social; introduzir a Psicologia Crítica, como uma perspectiva que aponta elementos fundamentais para a atuação profissional nessa política. Baseado na metodologia Materialista Histórica Dialética, esse trabalho teórico contempla as seguintes etapas metodológicas: revisão dos marcos legais que fundamentam a política de assistência social e prevêem a atuação dos psicólogos nessa política; revisão bibliográfica de trabalhos científicos publicados, relacionados à inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social; e reflexão de prática profissional executada em organização não governamental. Observa-se, como resultado, o impacto do crescente processo de privatização dessa política, com falhas no processo de suporte, capacitação, acompanhamento e controle dos serviços prestados pelo “terceiro setor”, por parte do poder público. Além disso, identificou-se a carência de um embasamento teórico e prático dos psicólogos para essa inserção, fruto da fragilidade própria da ciência e profissão da Psicologia, que ao colocar o indivíduo como seu objeto de estudo e foco de atuação, historicamente trouxe poucas contribuições à compreensão da dinâmica social da exclusão. Conclui-se, apontando para a necessidade de fortalecimento de um novo projeto ético-político para a Psicologia, que partindo de uma perspectiva crítica, e constante articulação com as políticas públicas vigentes, abarque a compreensão das contradições existentes na sociedade e na própria profissão, resultando em uma prática efetivamente comprometida com a transformação da realidade social.

Palavras-chave: Psicologia Crítica; Sistema Único de Assistência Social- SUAS; Terceiro Setor; Políticas Públicas; Intervenção Psicossocial.

JANIAKE, Etienne. *Psychology and Social Work: Reflections on the role the "third sector", the light of Critical Psychology*. 2012. 92p. Dissertation (Masters in Psychology as Profession and Science) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2012.

ABSTRACT

This paper reflects on the introduction of Psychology in the services and programs of the National Social Assistance, conducted by non-governmental entities socioassistenciais the "third sector". The specific objectives of the study are: to expose a critical overview of the development of the National Social Assistance; explain the reasons for the policy, opposing the guidelines expressed in legal frameworks, with observed reality programs and services operating in the country; reflecting on the role historically played by psychology in relation to the social question; introduce Critical Psychology as a perspective that points crucial to professional action on this policy. Based on the methodology Historical Materialist Dialectics, this theoretical work includes the following methodological steps: review of the legal framework underlying the policy of social assistance and predict the performance of psychologists in this policy; literature review of published scientific papers related to the introduction of Psychology in System Unified Social Assistance; reflection and professional practice performed on non-governmental organization. It is observed as a result, the impact of increasing privatization process this policy failures in process support, training, monitoring and control of services provided by the "third sector", by the government. Furthermore, we identified the lack of a theoretical and practical psychologists for this insertion, the result of the fragility own science and profession of psychology, that by placing the individual as the object of study and performance focus, historically brought few contributions understanding the dynamics of social exclusion. We conclude by pointing to the need for strengthening of a new ethical-political project for Psychology, that starting from a critical perspective, and constant liaison with existing public policies, encompassing understanding of the contradictions existing in society and the profession itself, resulting in a practice effectively committed to the transformation of social reality.

Key words: Critical Psychology; Unified Social Brazilian System; Third Sector; Publics Policies; Psychosocial Intervention.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Síntese dos Marcos Legais analisados.....	67
Tabela 2- Protocolo de leitura artigo 1.....	68
Tabela 3- Protocolo de leitura artigo 2.....	69
Tabela 4- Protocolo de leitura artigo 3.....	69
Tabela 5- Protocolo de leitura artigo 4.....	70
Tabela 6- Protocolo de leitura artigo 5.....	71
Tabela 7- Protocolo de leitura artigo 6.....	71
Tabela 8- Protocolo de leitura artigo 7.....	72
Tabela 9- Protocolo de leitura artigo 8.....	73
Tabela 10- Síntese das planilhas de organização dos encontros.....	74
Tabela 11- Esquema do processo de análise das informações.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS

CFP: Conselho Federal de Psicologia

CMAS: Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CNSS: Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CREAS: Centro de Referência Especial de Assistência Social

GEP: Grupo de Estudos de Psicologia, desenvolvido pela pesquisadora durante sua atuação profissional

LBA: Legião Brasileira de Assistência

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

NOB/SUAS: Norma Operacional Básica

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Parte I. Fundamentação Teórica	17
I.1. Políticas Sociais.....	17
I.1.1. Questão Social.....	20
I.1.2 Desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social	25
no Brasil	
I.1.3 Política Nacional de Assistência Social.....	30
I.2. Psicologia e Política Nacional de Assistência Social.....	38
I.3. Psicologia Crítica.....	44
Parte II. Método.....	53
II.1. Fundamentação Metodológica.....	53
II.2. Desenvolvimento da Pesquisa.....	56
II.2.1. Etapas Metodológicas.....	58
Parte III. Organizando a Reflexão.....	65
III.1. Síntese das Informações Obtidas.....	66
III.2. O Processo de Análise das Informações.....	76
III.3. Esforços de Síntese.....	78
Parte IV. Considerações Finais.....	85
Parte V. Referências Bibliográficas.....	90

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social, sancionada em 2011 (Brasil, 2001), estabelece as diretrizes de desenvolvimento dessa política no país, especificando e tipificando os serviços a serem desenvolvidos. Nessa regulamentação, o psicólogo desempenha um papel central, sendo indicado como profissional de referência, ao lado do assistente social, em todos os programas e serviços dessa política. Como os psicólogos podem concretizar, na prática cotidiana com os usuários dessa política, os objetivos de promoção de direitos e conscientização indicados? Que autores podem ser usados para responder ao desafio de atuar, de forma emancipatória, com a massa de excluídos que essa política atende? Que técnicas podem ser empregadas para minimizar (ou reverter) os quadros de sofrimento psíquico a que essa massa está submetida?

O presente trabalho reflete o esforço inicial da autora de responder à essas questões, a partir da prática de trabalhadores do “terceiro setor”, atuantes em entidades socioassistenciais, cofinanciadas pelo poder público para a execução de serviços do Sistema Único de Assistência Social. Tem por objetivo estabelecer uma base conceitual para futuras reflexões em campo, já que enquanto área de atuação e pesquisa em início de desenvolvimento no país, o recente Sistema Único de Assistência Social, apresenta ainda escassez de bibliografias aprofundadas e circunstanciadas.

O interesse pela pesquisa surgiu da minha experiência profissional e aprofundamento acadêmico desde o momento inicial da minha formação. A graduação na PUC/SP, onde me formei em 2003, previa a realização de estágios curriculares nas áreas de atuação profissional. No estágio da área de Psicologia Social realizei um trabalho comunitário, o acompanhamento da formação de uma cooperativa popular de trabalho por um grupo de

mulheres, moradoras de uma comunidade de alta vulnerabilidade social, na zona leste da capital paulista. O meu envolvimento com o grupo, e com o processo de compreensão da possível contribuição da Psicologia para os problemas sociais vividos pela população em vulnerabilidade social, foi tamanho, que me fizeram permanecer nesse projeto por dois anos, culminado na minha entrada na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/PUC-SP). Mesmo com a conquista de importantes incentivos, como a concessão de bolsas de estudo pelo SENAC para todo o grupo em curso profissionalizante e abertura, em alguns mercados consumidores, dos produtos produzidos por elas, o processo de formação da cooperativa não obteve êxito. A dificuldade na organização do grupo e obstáculos materiais foram fatores que impediram o prosseguimento da iniciativa, e me fizeram perceber que as bases teóricas e metodológicas às quais eu havia sido apresentada na faculdade, até aquele momento, pouco contribuíam para as questões e dilemas vivenciados no grupo e naquele contexto em geral.

Após essa experiência trabalhei como psicóloga em duas entidades não governamentais da área de Assistência Social. A primeira entidade em que atuei realizava o serviço de aprendizagem profissional, oferecendo um curso de preparação profissional e inserindo jovens no mercado de trabalho. O trabalho previsto para a Psicologia, quando da minha entrada no serviço, era o atendimento clínico individual. Durante o meu período de atuação nesse local, de aproximadamente dois anos, esforcei-me para integrar o trabalho da área com os outros processos da entidade. Passei a realizar grupo de orientação aos pais, em parceria com a assistente social; participar da discussão do projeto político-pedagógico e do estabelecimento das matrizes curriculares, junto com a equipe de pedagogia; atuar com os jovens em sala de aula, em diferentes ações de prevenção e orientação pessoal e

profissional; além de fomentar a articulação da rede, estabelecendo e fortalecendo parcerias com demais entidades e instituições locais e nacionais. Desliguei-me dessa instituição devido a dificuldades financeiras, já que a condição salarial oferecida era insuficiente.

Na sequência atuei durante dois anos em uma fundação do “terceiro setor” de suporte a entidades sociais, uma parcela importante do meu trabalho nessa fundação era acompanhar o trabalho dos psicólogos em mais de noventa instituições socioassistenciais. Grande parte desses profissionais relatava questões, angústias e dificuldades na condução de seus trabalhos, era corrente a queixa da falta de espaço para qualificação profissional e discussão acerca da atuação do psicólogo nas entidades sociais. Com a mobilização gerada pelos dilemas e questionamentos suscitados durante o tempo de atuação com esses profissionais, e com base em todo o processo de percepção das dificuldades de resposta da Psicologia aos dilemas vivenciados em trabalhos sociais comunitários, fui procurar o mestrado no grupo de pesquisa: Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação, coordenado pela Profa Dra Raquel Souza Lobo Guzzo, onde me deparei com os fundamentos teóricos que embasam essa discussão e que apontam os caminhos de fortalecimento desses profissionais, de forma que suas atuações caminhem para a direção da emancipação social.

O movimento de refletir, na academia, sobre a prática dos psicólogos na Assistência Social foi inicialmente apoiado pela instituição em que eu atuava, fui liberada do meu horário de trabalho para cursar as disciplinas e recebia uma bolsa de auxílio ao pagamento da mensalidade. Entretanto, no decorrer do meu percurso no mestrado houve a extinção do departamento em que eu atuava, culminando na demissão de diversos profissionais e na suspensão das ações realizadas. Permaneci na estrutura ainda por alguns meses, na área de

assessoria em políticas públicas e representatividade nos conselhos municipais, até o momento em que também fui desligada da organização.

O processo do meu desligamento mobilizou-me ainda mais a refletir sobre a realidade do trabalho social dos psicólogos nas políticas públicas brasileiras, em especial na Política Nacional de Assistência Social. Nesse espaço de trabalho, em que deveria existir estabilidade profissional e investimento contínuo em qualificação, que gerassem profissionais comprometidos e capacitados para o atendimento à população mais vulnerável da sociedade, há a descontinuidade de projetos profissionais e pessoais, constante mudança de estratégia de atuação e sobreposição de interesses políticos e partidários, de forma a ficar evidente a valorização da divulgação das ações, em detrimento à qualidade técnica e ao impacto dessas na mudança real das péssimas condições de vida, a que essa imensa massa atendida pela Assistência Social, está submetida.

A Política Nacional de Assistência Social, em seu momento de instituição oficial enquanto política pública no Brasil, a partir da sanção da lei 12.435 de 06 de Julho de 2011 (Brasil, 2011), tem diversos desafios a enfrentar para colocar em prática os seus objetivos de proteção social, enfrentamento da pobreza e universalização dos direitos sociais. A oferta de serviços públicos de qualidade com valorização dos profissionais é, certamente, uma área vital a ser trabalhada.

Diante disso, o presente trabalho irá apresentar uma reflexão crítica acerca da atuação da Psicologia na atual Política Nacional de Assistência Social brasileira. Os objetivos específicos do trabalho são: expor um panorama crítico do desenvolvimento das políticas sociais brasileiras, em especial da Política Nacional de Assistência Social, culminando na análise do momento atual de implementação do Sistema Único de Assistência Social, sob o

impacto da agenda neoliberal; explicitar os fundamentos da Política Nacional de Assistência Social, contrapondo as diretrizes expressas nos marcos legais, com a realidade objetiva observada nos programas e serviços em funcionamento no país; refletir criticamente sobre o papel desempenhado historicamente pela Psicologia de conversão de condições sociais e históricas de alienação, em questões individuais e psicológicas, naturalizando e justificando uma ordem social desigual; introduzir a Psicologia Crítica, como uma perspectiva que, fundamentada na compreensão das dinâmicas sociais inerentes ao processo de exclusão social, aponta elementos fundamentais para a reflexão e atuação profissional no enfrentamento das sequelas da questão social.

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Para a análise da inserção da Psicologia na Política Nacional de Assistência Social, sob o contexto do trabalho dos profissionais psicólogos em entidades socioassistenciais, cofinanciadas pelo poder público, serão apresentados alguns temas de fundamentação teórica.

Inicialmente, o eixo de Políticas Sociais, discutirá o conceito de questão social como fundamento a partir do qual as políticas sociais são definidas. A seguir, será analisada a maneira, pelo qual o Estado brasileiro respondeu a essas questões ao longo do desenvolvimento sócio econômico do país, no que tange a área de Assistência Social. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) será o próximo subitem desse eixo, onde serão apresentados os seus princípios estruturantes e os programas e serviços do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que operacionaliza a LOAS, com destaque ao papel desempenhado pela iniciativa privada nessa política. Na sequência, serão destacados os serviços e programas que contemplam a atuação do psicólogo no Sistema Único da Assistência Social. O próximo eixo, Psicologia e Questão Social, refletirá acerca do desenvolvimento dessa ciência e profissão no Brasil e no mundo, destacando sua interface com as questões sociais. Finalmente, serão apresentados os princípios da Psicologia Crítica como referência epistemológica para a inserção da Psicologia na PNAS com foco na emancipação, apontando caminhos para essa inserção.

I.1. Políticas Sociais:

Para se adentrar no campo das políticas sociais, é mister realizar a priori uma diferenciação entre políticas públicas e políticas sociais. As políticas públicas constituem

uma forma de intervenção estatal, que se baseia no acervo de conhecimentos técnicos sobre a realidade social e nas formas variadas de interação do Estado com a sociedade. Essa forma de exercício de poder nas democracias contemporâneas resulta de múltiplas determinações, de um amplo conjunto de fatos históricos, de natureza e temporalidades distintas, que foram modelando e institucionalizando um padrão de ação do Estado (Di Giovanni, 2009).

Atualmente, o tema de políticas públicas é presença constante na imprensa, nas agendas públicas, nos documentos públicos e não-governamentais, nos pronunciamentos políticos e nas pautas de movimentos sociais dos países democráticos. Essa presença é fruto de fatores de natureza macroeconômica, geopolítica, política e cultural e sociológica, ocorridos a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

A constatação, após o final da Segunda Guerra, de que o livre jogo das forças de mercado não tinha levado à paz, à prosperidade e ao bem estar, generalizou-se por quase todo o mundo capitalista, o que levou os estados nacionais a ampliarem o volume de suas intervenções e seu caráter regulador, tanto nos aspectos econômicos, como por exemplo, na produção de bens e serviços, quanto nos aspectos sociais da vida coletiva, como por exemplo, na institucionalização de sistemas de proteção social. Por outro lado, a forte tensão geopolítica ocorrida após a Segunda Guerra entre os mundos socialista e capitalista, observada com maior ênfase nas sociedades capitalistas européias, revelou presença marcante de partidos políticos de inspiração comunista, socialista ou trabalhista, o que representou uma ameaça ao ponto de vista dominante. Como resposta, foram estabelecidos novos princípios e novos pactos nas relações entre capital e trabalho, ampliando presença do estado e estabelecendo a base para a constituição dos modernos sistemas de proteção

social, dos quais os casos mais conspícuos foram os *Welfare States* europeus (Di Giovanni, 2009).

De forma geral, no período compreendido entre o final da Segunda Guerra e os dias atuais, ocorreu a consolidação das democracias ocidentais, ampliando-se os campos de representação política, configurado na participação sindical e partidária, no direito de voto, na participação em movimentos sociais e em novas formas de associação voluntária. Com isso, foi produzida uma nova concepção das sociedades democráticas sobre o Estado, passando esse a ser visto não apenas como aquele que inclui mecanismos clássicos de representação (direito de votar e ser votado; participação igualitária de classes, categorias e interesses), mas também aquele que revela uma certa capacidade de resposta às demandas da sociedade.

Importante ressaltar que, compreendendo-se as políticas públicas como intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações problemáticas inerentes à sociedade capitalista, essas são limitadas e agem em conjunto com a determinante política econômica, sem expectativas de alterações de âmbito estrutural. Do contrário, assume-se uma perspectiva de esperança de que algo possa mudar através delas, fomentando o caráter alienado desta transformação (Guzzo, Marçal e Rybka, 2012).

Por políticas sociais, compreende-se o conjunto das políticas públicas voltadas para o campo da proteção social, que cobrem uma vasta gama de diretivas nas quais é possível encontrar ações em matéria de previdência social, em sentido estrito, ou aquelas adotadas em favor de categorias especiais (velhos, órfãos, incapazes, etc), ou ainda as políticas que dizem respeito à habitação, educação, lazer, e assim por diante.

As políticas sociais, inscritas historicamente a partir da segunda metade do século XIX nas formações sociais capitalistas, traduzem-se no conflito de oposição entre os interesses

da acumulação e as necessidades dos cidadãos, e sendo parte do processo estatal da alocação e distribuição de valores, encontram-se dessa forma no centro desse confronto de interesses de classes (Yamamoto, 2007).

Dessa forma, as políticas sociais são baseadas na Constituição Federal de 1988, especificamente nos artigos que tangem os direitos sociais, e estabelecem o norte e as diretrizes tanto das instituições públicas, quanto das privadas, para garantia desses direitos. Já as políticas públicas são uma parte do setor público, responsável pela execução das políticas de garantia dos direitos sociais.

Na sequência do trabalho será aprofundada a reflexão acerca da questão social como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista, e as respostas do Estado, no que concerne ao desenvolvimento das Políticas Sociais da área de Assistência Social, no Brasil.

I.1.1. Questão Social:

O surgimento da questão social se dá com o surgimento da classe trabalhadora, explicitando a contradição fundamental do capitalismo como modo de produção social da forma que se desenvolve e se revela, ou seja, enquanto modo de produção que evidencia que quem produz a riqueza não a possui e ainda, que não há espaço para todos no mercado. A questão social “é como uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É, em resumo, um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência.” (Castel, 2004, p 238).

De acordo com Castel (2004), a expressão atual da questão social é o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade, após a desmontagem do

sistema de proteções e garantias, que foram vinculadas ao emprego, e a desestabilização da ordem do trabalho, com repercussões em diferentes setores da vida social.

Segundo Castel (2004), para se compreender esse processo é necessário retomar ao período de desenvolvimento da industrialização e da urbanização, a partir da segunda metade do século XIX, quando o salariado se instalou definitivamente, passando de uma condição provisória e miserável que deveria ser superada, para uma consolidação, um estado permanente essencial para a sociedade industrial. O desenvolvimento dessa condição leva no início dos anos setenta à denominação de uma sociedade salarial, no sentido de se caracterizar por uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu *status*, sua proteção e sua identidade. A proteção contra os principais riscos da existência social (doença, acidente e velhice sem provimento) antes garantido apenas pela propriedade e patrimônio, passa então a ser uma seguridade ligada ao trabalho, conferindo ao salariado um papel de atração, fonte de renda confortável, prestígio e poder, em torno do qual a sociedade moderna se organizou. A sociedade salarial, entretanto, vista inicialmente como uma possibilidade de proporcionar a queda progressiva das desigualdades e ampliação das vantagens da justiça social se mostrou ineficiente, mantendo em seu bojo a hierarquização e conseqüentemente as desigualdades, a injustiça e a miséria para grande parte da população.

Atualmente com a internacionalização do mercado levando às exigências crescentes de concorrência e competitividade, o trabalhador passa a ser alvo principal do processo de redução de custos, minimizando o preço da força de trabalho e maximizando sua força produtiva. "A flexibilização é a palavra-chave que traduz essas exigências, flexibilidade interna à empresa que impõe a adaptabilidade da mão-de-obra a essas situações novas e que

evidentemente, expulsa os que não são capazes de se prestar a essas novas regras do jogo. E, também, a flexibilidade externa que conduz a subcontratar fora da grande empresa uma parte das tarefas sob condições mais precárias, menos protegidas e com menos direitos.” (Castel, 2004, p. 247) Esse processo de precarização do trabalho, proveniente da fragilidade dos vínculos trabalhistas que alimenta o desemprego e a vulnerabilidade social, afeta principalmente os trabalhadores pouco qualificados que, desmembrados dos conjuntos das regulações coletivas de proteção, solidariedade e de direito do trabalho encontram-se livres e ao mesmo tempo isolados, de forma similar aos proletários do início da industrialização.

Antunes (2011), baseando-se em quatro décadas de estudos sobre o mundo operário, prioritariamente nos países de Terceiro Mundo, afirma que a associação do neoliberalismo com a reestruturação produtiva do capital, trouxe repercussões avassaladoras para o universo da classe trabalhadora. Segundo o autor,

“As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada e de desindustrialização ganharam forte impulso, uma vez que seguiam, no essencial, uma política de corte neoliberal, antiestatista e privatizações. Paralelamente à retração da força de trabalho industrial, ampliou-se também o contingente de subproletarizados, de terceirizados, de subempregados, ou seja, das distintas modalidades de trabalho precarizado.” (Antunes, 2011, p. 42)

O autor aponta que, a partir da década de 1990, com a intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil, impulsionada pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington¹, desencadeou-se

¹ A expressão Consenso de Washington, chamada também de neoliberalismo, nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Numa conferência do Institute for International Economics (IIE), em Washington, Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina. Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do Consenso de Washington foram adotadas

uma enorme onda de desregulações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho. Através da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, as grandes empresas procuram aumentar sua competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a classe trabalhadora.

Esse processo culminou na alteração da pobreza no Brasil, já que, ao contrário do ciclo de industrialização, que era movido por acelerada expansão da produção e, por consequência, do emprego e da renda domiciliar per capita, o atual ciclo econômico nacional dificulta o potencial de crescimento do país. A queda na proporção de pobres no total da população, observada desde a década de 1990, somente foi possível com o avanço do gasto social, estimulado fundamentalmente pela Constituição Federal de 1988, pois, frente ao desempenho desfavorável do mercado de trabalho, o segmento ativo da população assalariada tornou-se bem mais vulnerável ao rebaixamento das condições de vida e trabalho. Dessa forma, os inativos deixaram de responder pela maior participação no total de pobres do país, os mais pobres passaram a se concentrar na população ativa, em especial os desempregados e ocupados precariamente no mercado de trabalho (Antunes, 2011).

É fundamental para essa análise compreender a precarização do trabalho não como uma excessão, mas como uma regra do sistema capitalista, sendo que a excessão foi o modelo fordista europeu, que enfatizou a regulamentação das relações de produção pelo Estado. Tal modelo, entretanto, nunca foi totalmente implantado no Brasil, já que ele começou a ser dissolvido com o aumento da produtividade nos países industriais, que levou o capital a

como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos. Acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta. O neoliberalismo prega que o funcionamento da economia deve ser entregue às leis de mercado. Segundo seus defensores, a presença estatal na economia inibe o setor privado e freia o desenvolvimento. Algumas de suas características são, abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros; amplas privatizações; redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos; desregulamentação do mercado de trabalho, para permitir novas formas de contratação que reduzam os custos das empresas. (Fonte: <http://www.geomundo.com.br/geografia-30145.htm>, acessado em 15/09/2011)

procurar opções de produção e mercados no chamado mundo em desenvolvimento. Com isso, observou-se a intensificação do ritmo de acumulação, a quebra da negociação coletiva e a estratificação da força de trabalho, expressa em um nível superior restrito de trabalhadores altamente qualificados, e um grande nível de indivíduos atomizados e "flexíveis", mantidos a baixos salários e em empregos precários (Neilson e Rossiter; 2008).

Assim, a tentativa da classe trabalhadora de encarar a pobreza como um problema, de forma a desnaturalizá-la e desvinculá-la das justificativas utilizadas de (in) capacidades individuais e/ou providência divina, que contextualizam o surgimento da expressão "questão social" na Europa Ocidental na terceira metade do século XIX, ainda hoje, apesar de todos os avanços tecnológicos, não obteve avanços significativos, já que mantem-se, muitas vezes, a concepção de culpabilidade individual ou motivações de cunho religioso para a justificação da pobreza. Separando-se a causa da consequência, isto é, desconsiderando-se as raízes do problema da miséria, que são a desigualdade social e a concentração abusiva de renda, próprias da sociedade capitalista atual, foca-se na resolução dos conflitos e problemas oriundos dessa questão, sem remetê-los à causa inicial. Dessa forma, aborda-se o problema da pobreza, da miséria, da falta de moradia, da educação deficiente, entre tantos outros, de forma fragmentada, sob a égide de enfrentamento à questão social (Heidrich, 2006).

Nesta seção foi apresentada a questão social enquanto contradição fundamental da sociedade capitalista e seus contornos específicos no atual contexto marcado pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva no Brasil. A precarização do mercado de trabalho, própria do sistema capitalista, marcada pela flexibilização dos regimes trabalhistas, subcontratações e terceirizações, altera a pobreza no Brasil e coloca, tanto os

usuários, quanto os profissionais atuantes nas entidades sociais do “terceiro setor”, em um situação de risco social e, muitas vezes, precárias condições de vida.

I.1.2. Desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social no Brasil:

Será realizado nessa seção um panorama do desenvolvimento da Política de Assistência Social no Brasil a partir da década de 1930, quando se tem início a política desenvolvimentista e o crescimento do modelo capitalista no país. Os movimentos que culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, e os impactos sofridos para a efetivação dessa, devido ao crescimento do projeto neoliberal, serão expostos na sequência. Será dada ênfase ao papel desempenhado pelo “terceiro setor” nesse processo de reestruturação do Estado.

Movimentos da Política de Assistência Social no Brasil

A prática da assistência ao outro é antiga na humanidade, em diferentes sociedades a solidariedade dirigida aos pobres, aos viajantes, aos doentes e aos incapazes, sempre estiveram presentes. No Brasil, anteriormente à década de 1930, a Assistência Social tinha caráter essencialmente voluntário, e era realizada pelas ordens religiosas e por atos de caridade da sociedade civil. Entretanto, a partir da década de 1930, com a entrada de Getúlio Vargas no poder, inicia-se o processo de politização da questão social, como uma forma de atrair a classe trabalhadora para o âmbito estatal, viabilizando o projeto industrial nacionalista desse governo.

A primeira grande regulação da Assistência Social no país foi a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), criado em 1938 e formado por representantes da sociedade e do governo. Nesse momento que se selam as relações entre o Estado e segmentos da elite, que vão avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios e subvenções (auxílio financeiro) a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social. O

conceito de amparo social neste momento é identificado com benemerência. O CNSS foi a primeira forma de presença da Assistência Social na burocracia do Estado brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações que prestavam amparo social (Mestriner, 2001).

Na sequência, em 1942, foi criada a primeira grande instituição de Assistência Social, denominada Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tem sua origem marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo, sendo a Assistência Social encarada como ação social e ato de vontade e não direito de cidadania. A Legião Brasileira de Assistência assegurava, estatutariamente, sua presidência às primeiras damas da República, dando apoio político ao governo. Sua ação foi dirigida às famílias da grande massa não previdenciária, atendendo na ocorrência de calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas. Sua formação trouxe para a Assistência Social o vínculo emergencial e assistencial, características predominantes em toda a trajetória dessa política no país (Sposati, 2004).

Para desenvolver suas funções, a LBA busca auxílio junto às escolas de serviço social especializadas, dessa forma, há uma aproximação de interesse mútuo entre a LBA e o serviço social, pois a LBA precisava de serviço técnico, de pesquisas e trabalhos técnicos na área social e o serviço social estava se firmando e precisava se legitimar, enquanto profissão. Em 1969, a LBA é transformada em fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, tendo sua estrutura ampliada e passando a contar com novos projetos e programas.

A ditadura militar² cria, sob o comando de Geisel, em 1º de Maio de 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que contém na sua estrutura uma Secretaria de Assistência Social, a qual, em caráter consultivo, vai ser o órgão-chave na formulação de política de ataque à pobreza. Nesse momento a política social direciona-se ao exército de reserva de mão-de-obra usando essa demanda como uma justificativa para o crescimento do Estado. Há uma expansão de programas sociais como de Alfabetização pelo Mobral³, casas populares com o BNH⁴, complementação alimentar através Pronam⁵ e outros. A Assistência Social deixa de ser simplesmente filantrópica fazendo parte cada vez mais da relação social de produção, entretanto, os serviços, projetos e programas criados são desenvolvidos sob a lógica do retalhamento social, com políticas focais e não universais, atendendo de forma setORIZADA, fragmentada e descontinuada cada necessidade, problema ou faixa etária. Característica que, segundo Mestriner (2001), perdura até hoje.

A crise fiscal e financeira dos anos 1970 e 1980 e a decomposição do bloco de poder que deu sustentação ao regime militar deflagraram uma crise orgânica do Estado, dando origem a diversos projetos de reforma. Sob as condições políticas da chamada

² A ditadura militar no Brasil foi o regime autoritário que governou o país de 31 de março de 1964 até 15 de março de 1985. Esse regime justificava ações militares como forma de proteger o "interesse da segurança nacional" em tempos de crise. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime_militar_no_Brasil

³ MOBREAL: Movimento Brasileiro em Prol da Alfabetização, programa do governo federal iniciado em 1971, cujo objetivo era a erradicação do analfabetismo no Brasil, sendo extinto em 1985.

⁴ BNH: O Banco Nacional da Habitação foi um banco público brasileiro voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. Criado em 1964 pela Deputada Sandra Cavalcanti, sua primeira presidente, através da Lei 4.380, o BNH tinha por função a realização de operações de crédito, sobretudo de crédito imobiliário, bem como a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Era um banco de segunda linha, ou seja, não operava diretamente com o público, atuando por intermédio de bancos privados e/ou públicos, e de agentes promotores, tais como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto. O banco foi extinto em 1986, através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21.11.1986, o qual o repassou à Caixa Econômica Federal.

⁵ Pronam: Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, criado em 1972, que estabeleceu diretrizes para o Programa Nacional visando a melhoria dos padrões nutricionais do país. Atualmente este Programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação, através da Resolução FNDE/CD/nº 38 de 16/07/2009, que estabelece critérios para execução do Programa de Alimentação Escolar.

“redemocratização”, os movimentos sociais, que estavam silenciados pelo regime totalitário, voltaram a se organizar e a disputar o sentido da reforma do Estado em curso. Nesse contexto, mediante um processo marcado por grande pressão social, foi formulada a Constituição Federal de 1988, que trouxe uma nova concepção para a Assistência Social, incluindo-a na esfera da Seguridade Social. Ao incluir-se nessa esfera, a Assistência Social passa a ser considerada direito do cidadão e dever do Estado, entretanto sua regulamentação e implementação serão iniciadas muitos anos depois da promulgação dessa Constituição, com características que serão especificadas na sequência.

O “terceiro setor” no contexto neoliberal

A Constituição Federal de 1988 ofereceu a oportunidade de reflexão e mudança, inaugurando um padrão de proteção social afirmativo de direitos que superasse as práticas assistenciais e clientelistas, além do surgimento de novos movimentos sociais objetivando sua efetivação. Entretanto, o movimento de afirmação e conquista de direitos sociais, propostos pela Constituição de 1988 foi impactado por fortes inspirações neoliberais nas ações do Estado, no campo social, logo após esse período. O processo de Reforma do Estado, iniciado na década de 1990, “trabalharia em prol de uma redução do tamanho do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato” (Nogueira, 2004, p.41). Neste contexto, as políticas sociais assumem características seletivas e compensatórias, deflagrando-se um movimento de desresponsabilização do Estado na gestão das necessidades e demandas dos cidadãos. O Estado passa a transferir as suas responsabilidades para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para o mercado, contexto no qual o “terceiro setor” desempenha papel fundamental.

Segundo Montaña (2002), contrariamente à lógica de internalização na ordem econômica e política do tratamento às questões sociais através das políticas públicas, característico do *Welfare State*, observa-se no neoliberalismo que a resposta social à questão social tende a ser externalizada da ordem social e transferida para o âmbito imediato e individual. Segundo o autor, o projeto neoliberal intenciona acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com seu financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um). Em substituição, com a minimização do Estado na área social, parcelas importantes das respostas à questão social são privatizadas e transferidas ao mercado (quando lucrativas) e à sociedade civil ou “terceiro setor” (quando deficitárias), que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais. Desta forma,

(...) o “terceiro setor”, instrumentalizado pela estratégia neoliberal, tem a função tanto de justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social estatal como de transformar a luta contra a reforma do Estado em parceria com o Estado; assim, não só reduz os impactos negativos ao sistema do aumento do desemprego como também torna as respostas à “questão social” atividades cotidianas. Tudo isto minimizando aparentemente as contradições de classe, redirecionando as lutas sociais para atividades mancomunadas com o Estado e o empresariado, gerando maior aceitação e menor enfrentamento ao projeto neoliberal. (Montaña, 2002, p. 13)

A avaliação da Assistência Social pós-LOAS é, portanto, repleta de ambiguidades e paradoxos, pois, de um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e trazem para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, mas por outro lado, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica das políticas econômicas

neoliberais, coloca em andamento processos de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais (Yasbek, 2004).

A legislação que embasa a atual Política Nacional de Assistência Social é de vanguarda, apontando concepções e proposições bem fundamentadas, que se devidamente instituídas teriam resultados concretos e duradouros. Entretanto, os avanços sociais, que deveriam ocorrer, decorrentes da Constituição de 1988 e das leis do SUS e do ECA em 1990 e da LOAS em 1993, em realidade caminharam no sentido oposto, resultando em desmobilização das políticas sociais ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000. Assim, contrariamente à vanguarda de sua legislação, "a Assistência Social foi marcada em todo este período por um conjunto de ações fragmentadas, desarticuladas e sobrepostas, devido à pulverização de seus segmentos em vários setores ministeriais , e devido à sua fragilidade institucional, retomou o caráter imediatista , sem muito impacto ou efetividade quanto às questões sociais." (Macedo et al, p.481, 2011)

I.1.3. Política Nacional de Assistência Social:

Será exposto nessa seção um panorama geral dos aspectos legais da atual Política Nacional de Assistência Social, com o detalhamento dos princípios estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que a operacionaliza, em contraponto com o que se observa na prática dos serviços e programas atualmente executados pelas entidades sociais cofinanciadas pelo poder público.

Será destacado na exposição a nova configuração da relação público e privado na execução dos programas e serviços dessa política, com o detalhamento das legislações que servem de base para o estabelecimento desses convênios entre o poder público e as entidades socioassistenciais cofinanciadas para a execução dos serviços previstos. Ao final,

será apresentada a Política Nacional de Recursos Humanos do SUAS, com destaque aos serviços e programas que preveem a composição do psicólogo nas equipes de referência.

Princípios estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A história da Assistência Social no Brasil, com raízes na caridade, filantropia e solidariedade religiosa, ocupou vários lugares no Estado brasileiro, desde a sua origem institucional com o Conselho Nacional de Serviço Social em 1938, a criação da Legião Brasileira de Assistência em 1942 e a ascensão ao campo da seguridade social, em 1988, na Constituição Federal, ao lado da saúde e previdência social.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e a consequente inclusão da Assistência Social como política de seguridade social e, portanto, como um direito do cidadão, e a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a discussão sobre a formulação e implementação de um sistema público descentralizado culminou na atual Política Nacional de Assistência Social, com a previsão da sua gestão por meio do SUAS, sistema que conta com a sua própria Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, aprovada pela resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005).

Observa-se aqui que o tempo entre a inclusão da Assistência Social na seguridade social, e a sua regulamentação foi de 23 anos, já que só em Julho de 2011 foi aprovada a lei 12.435/2011 (Brasil, 2011), que sancionou o Projeto de Lei da Câmara n.º 189/2010, conhecido como PL SUAS. Em termos comparativos, a Lei Orgânica da Saúde que subsidia o Sistema Único de Saúde foi sancionada em 1990, fruto de uma intensa mobilização popular.

O SUAS, enquanto sistema de gestão da PNAS, normatiza os padrões nos serviços e os eixos estruturantes do sistema, de acordo com os princípios presentes na Lei Orgânica da Assistência Social (Brasil, 2011). Os objetivos apresentados são: consolidar a gestão

compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social; estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de Assistência Social; definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na Assistência Social; estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios e afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos (Brasil, 2011).

As ações de proteção social do SUAS são organizadas por níveis de complexidade, considerando o risco e vulnerabilidade a que a família ou indivíduo estão submetidos, estabelecidos através da presença ou ausência de vínculos familiares e comunitários. A Proteção Social Básica é direcionada para famílias e indivíduos em vulnerabilidade social, com vínculos familiares e comunitários preservados, tendo por finalidade a prevenção das situações de risco, desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Apresenta como princípio a abrangência na atenção à população que vive em situação de vulnerabilidade social, sendo executada de forma direta nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, que articula os serviços socioassistenciais do território de abrangência e é responsável pela prestação e encaminhamento a serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (Brasil, 2011).

A Proteção Social Especial, organizada em Média e Alta Complexidade é direcionada a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou tenha ocorrido rompimento ou fragilização de vínculos familiares e comunitários. Objetiva contribuir para a

reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. Tem por referência a complexidade e especialização na atenção às pessoas e famílias em situação de riscos e violações de direitos. Orienta-se pelo princípio da completude em rede o que lhe exige articulações intersetoriais e com o sistema de garantia de direitos. É executada de forma direta nos CREAS, unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (Brasil, 2011).

De acordo com os marcos legais, o CRAS e o CREAS devem ser administrados e executados diretamente pelo poder público, já que são os serviços de acolhimento inicial e direcionadores para todos os demais serviços da rede. Entretanto, observando-se em relação aos 8.079 profissionais de Psicologia atuantes nesses serviços no Brasil em 2011, apenas 27% dos psicólogos trabalhadores dos CRASs eram estatutários, enquanto nos CREASs este índice sobe para 37,6%. Para se ter uma idéia melhor da evolução desse quadro de precarização do trabalho nos CRASs, observou-se que em 2007, 48,8% dos profissionais ali inseridos, incluindo os psicólogos, não tinham vínculos permanentes, enquanto entre os estatutários este percentual era de apenas 25,8%; já em 2011, o percentual de psicólogos sem vínculos permanentes subiu para 65,3%, enquanto o crescimento dos estatutários foi de apenas 1,2%. Evidencia-se com a observação desses dados que o momento atual de implementação expandida do SUAS, por um lado amplia o mercado de trabalho para os psicólogos e demais trabalhadores dessa política, mas por outro lado, aprofundaram a precarização das relações de trabalho nas políticas públicas (Macedo et al, 2011).

Os eixos de gestão do SUAS compreendem a primazia da responsabilidade pública na condução da Política Nacional de Assistência Social em cada esfera de governo; o alcance dos direitos socioassistenciais; a territorialização, que pressupõe a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice tendo como base de organização o território; a matricialidade sociofamiliar, que implica em considerar como foco das ações, serviços e programas a família enquanto núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social do indivíduo; a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e o comando único das ações em cada esfera de governo; o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; o controle social com participação do usuário por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; a qualificação de Recursos Humanos; e a informação, monitoramento e avaliação de resultados (Brasil, 2011).

Enquanto política de proteção social, proposta a prover os mínimos sociais, a Assistência Social intenciona garantir as seguintes seguranças sociais: segurança à acolhida, que se refere à recepção, escuta, informação e referência para as demandas dos usuários; segurança à renda, que inclui a concessão de bolsas e benefícios continuados; a segurança de convívio, através da oferta de serviços que possibilitam a construção e fortalecimento de laços de pertencimento; o incremento da autonomia, com o desenvolvimento de capacidades e habilidades e a busca da conquista de respeito e protagonismo; a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais através de benefícios eventuais e transitórios (Brasil, 2011).

Entretanto, o que se observa na execução dessa política, é que os conflitos de interesses e a implementação da agenda neoliberal, marcada pelas novas formas de acumulação

produtiva, desregulamentação do mercado e das relações de trabalho, configuraram a Assistência Social como uma política minimamente dotada de objetivos, recursos e densidade institucional. O resultado observado foi a secundarização de qualquer ação pública destinada ao enfrentamento da questão social e o quadro de aprofundamento da miséria e exclusão no país (Yamamoto & Oliveira, 2010).

A relação público e privado na PNAS: a entrada das entidades socioassistenciais

A relação público e privado na execução dos programas e serviços da Política Nacional de Assistência Social é reestabelecida, tendo em vista a definição dos serviços, padrões e critérios de edificação (Brasil, 2011). Segundo a LOAS, as entidades e organizações de Assistência Social são “aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos”. (Brasil, 2011, Art. 3º), a lei estabelece o comando único das ações em cada esfera de governo e define a participação das entidades e organizações no sistema descentralizado e participativo (Brasil, 2011, Art. 6º).

Dessa forma, as entidades prestadoras de Assistência Social integram o SUAS, não só como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais, mas como co-gestoras através dos conselhos de Assistência Social e co-responsáveis pela garantia dos direitos sociais. O Decreto de Lei 6308/2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de Assistência Social, apresenta como condições para a articulação ou manutenção do vínculo das entidades e organizações a ruptura do assistencialismo; a profissionalização dos serviços/ programas; a capacitação contínua e permanente dos profissionais; a regulação da parceria na execução dos serviços socioassistenciais; a garantia de continuidade dos serviços; a autossustentabilidade financeira e a identificação com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2007). Entretanto, dados do Relatório de Gestão da

Assistência Social no município de Campinas/SP , indicam que essas condições impostas estão muito distantes da realidade prática das entidades, já que elas necessitam de qualificação da estrutura física, técnico-operacional, de gestão e de recursos humanos, possíveis apenas através do aumento da capacidade de atendimento das organizações governamentais e com o aumento da percapta cofinanciada por criança e adolescente atendidos nos serviços (Campinas/SP, 2011).

Para exemplificar a dimensão da terceirização do serviço público no SUAS elegemos destacar a execução, no município de Campinas/SP, do serviço de Proteção Social Básica: Programa de Enfrentamento a Vulnerabilidade da Família / Serviço Socioeducativo para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 Anos. Essa escolha se deve ao fato dessa rede executora do SUAS ser a que oferece maior número de atendimentos no município, com uma média anual de 4.686 famílias com 6.728 atendimentos para as crianças e adolescentes. O objetivo desse serviço é contribuir para a prevenção e/ou proteção à situação de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal de crianças e adolescentes e jovens de 6 a 14 anos e suas famílias, propiciando o desenvolvimento integral e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, em horário complementar à rede regular de ensino, sendo pautado na educação não formal com a oferta de atividades lúdicas, esportivas, culturais, recreativas e socioeducativas. Do total de 6728 crianças e adolescentes atendidos por esse serviço no município, 6443 são atendidos pelas organizações não governamentais(Campinas/SP, 2011).

A atuação nesse contexto de terceirização remete o psicólogo , e demais profissionais dos serviços, a um lugar de subalternidade aos gestores das ONG's , no atendimento dos interesses específicos de cada entidade . Os profissionais contratados pelas ONG's

vivenciam dilemas semelhantes aos profissionais do Poder Público , mas em sua maioria participam pouco pelo temor da perda do emprego vulnerável e instável , resultado do tipo precarizado de contrato de trabalho (Senra e Guzzo, 2012).

A Política de Recursos Humanos da PNAS e a inserção do psicólogo

A Política de Recursos Humanos constitui um dos eixos estruturantes do SUAS, para a efetivação desse eixo, foi aprovada em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/ RH/SUAS (Brasil, 2006), que consolida as principais questões a serem consideradas para a gestão do trabalho na área da Assistência Social. Essas questões compreendem: os princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS; os princípios éticos para os trabalhadores da Assistência Social; as equipes de referência; as diretrizes para a política nacional de capacitação; as diretrizes nacionais para os planos de carreira, cargos e salários; as diretrizes para entidades e organizações de Assistência Social; as diretrizes para o co-financiamento da gestão do trabalho; responsabilidades e atribuições do gestor federal, dos gestores estaduais, do gestor do distrito federal dos gestores municipais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS; a organização do cadastro nacional de trabalhadores do SUAS – módulo CADSUAS; o controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS e as regras de transição. (Brasil, 2006, p. 12)

Será destacado a seguir, com o intuito de apontar a centralidade da inserção do psicólogo nessa política, o eixo: equipes de referência, que representa um importante marco para a inserção da Psicologia no campo das políticas públicas no Brasil. Equipes de referência são definidas pela NOB/RH/SUAS (Brasil, 2006, p. 19), como aquelas constituídas por servidores efetivos, responsáveis pela organização e oferta de serviços,

programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. Considerando-se o porte do município de Campinas, tem-se como referência para a execução dos serviços e programas os seguintes profissionais de ensino superior: na Proteção Social Básica deve compor a equipe do CRAS, quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional com formação que compõe o SUAS; na Proteção Social Especial deve compor a equipe do CREAS, um coordenador, dois assistentes sociais, dois psicólogos e um advogado. Nos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem-se a seguinte composição: serviços de atendimento em pequenos grupos (Abrigo Institucional, Casa-lar, Casa de Passagem e República), um coordenador, um psicólogo e um assistente social para cada vinte usuários atendidos; nos serviços de Família Acolhedora, um assistente social e um psicólogo para acompanhamento de até quinze famílias acolhedoras e atendimento a até quinze famílias de origem dos usuários, e um coordenador referenciado para até quarenta e cinco usuários acolhidos; nas Instituições de Longa Permanência para Idosos é recomendada equipe composta por um psicólogo, um assistente social e um profissional de nível superior para o desenvolvimento de atividades socioculturais.

I.2. Psicologia e Política Nacional de Assistência Social:

No processo de instituição da Política Nacional de Assistência Social, a Psicologia foi indicada como uma das ciências a atender as demandas dessa política, culminando na sua composição nas equipes de referência dos serviços ofertados por essa política. Dessa forma, se abriu um campo vasto de exercício profissional, e também se gerou um grande desafio de se repensar a prática, a formação, e as condições dessa inserção.

Para essa reflexão, é necessário a princípio constatar que, historicamente, a Psicologia constituiu-se como um poderoso instrumento da ideologia burguesa a serviço da sociedade capitalista (Parker, 2007). Martin Baró (1998) apresenta cinco pressupostos presentes nos modelos epistemológicos tradicionais da Psicologia que indicam essa condição. São eles, o positivismo, concepção da ciência que considera que o conhecimento deve limitar-se a dados empiricamente verificáveis, descartando tudo o que possa ser caracterizado como metafísica. Essa concepção leva a uma parcialização da existência humana que, segundo o autor, omite os significados mais importantes, dizendo pouco ou nada sobre os problemas do dia a dia. Considerando-se que a realidade não é mais do que o dado, constitui-se uma ideologização da realidade, que termina consagrando como natural a ordem existente.

O individualismo, que se refere a assumir como o sujeito último da Psicologia o indivíduo, considerando-o como entidade de sentido em si mesma, remetendo dessa forma à individualidade o que é produzido na dialética das relações pessoais. Dessa maneira, o individualismo acaba reforçando as estruturas existentes ao ignorar a realidade das estruturas sociais e reduzir os problemas estruturais a problemas pessoais (Martin Baró, 1998).

O hedonismo, como concepção hegemônica nas teorias psicológicas de que por trás de todo comportamento há sempre e por princípio uma busca de prazer ou satisfação. Considerar o hedonismo como marco teórico seria, segundo o autor, uma concessão ao princípio de lucro fundante do sistema capitalista e, portanto, uma transposição à natureza do ser humano aquilo que caracteriza o funcionamento de um determinado sistema sócio econômico (Martin Baró, 1998).

A visão homeostática, que representa a tendência a considerar como mal tudo aquilo que representa ruptura, conflito e crise. Nessa perspectiva, mais ou menos implícita, acaba-se por interpretar os desequilíbrios inerentes às lutas sociais como transtornos pessoais e os conflitos gerados pela rejeição ao ordenamento social patológicos (Martin Baró, 1998).

E, por fim, o a-historicismo, que aponta que o cientificismo dominante leva a considerar que a natureza humana é universal, que não há diferenças fundamentais entre as pessoas a partir do contexto em que estão inseridas. Por outro lado, uma concepção de ser humano que coloca na universalidade a historicidade, considera que a natureza humana é em grande medida uma construção social e, portanto, assumir modelos presumidamente transculturais e trans-históricos, elaborados em circunstâncias distintas à do contexto, podem levar a graves distorções da realidade (Martin Baró, 2008).

A observação desses aspectos demonstra como a Psicologia transforma a compreensão de cada pessoa sobre o seu lugar no mundo em processos engendrados no capitalismo, já que em condições sociais que demandam individualismo e competição, ela justifica uma ordem social desigual apontando as raízes desta na natureza humana. Sendo sua força fundamental a psicologização, isto é, a conversão de condições sociais e históricas de alienação em questões individuais e psicológicas, a Psicologia naturaliza vários processos sociais do capitalismo (Parker, 2007).

Essa visão pode ser confirmada com a análise da produção bibliográfica sobre o tema da pobreza pela Psicologia brasileira, realizada por Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010). Considerando-se o Brasil um país de grande desigualdade social, é fator central na socialização de sua população o convívio com a miséria e com a pobreza, seja na condição

de sujeito dessa realidade, seja na condição de espectador dela. Entretanto, a produção de conhecimento na Psicologia sobre a temática ora caminha para o recorte da população pobre com o intuito de estudar determinadas dimensões psicológicas e /ou sociais , ora relaciona a temática com outras problemáticas sociais, seguindo a tendência de estudar esse fenômeno de maneira isolada da forma de estruturação mais ampla da sociedade , ou entendê-lo como gerador de outras problemáticas sociais (Dantas, Oliveira e Yamamoto, 2010).

A profissão se desenvolveu no Brasil tendo como característica majoritária o atendimento clínico por profissional liberal, realidade que começou a ser mudada a partir da década de 1980, mas que marca até hoje a formação e a atuação. Por contingências do mercado e por definições de ordem político-profissional, tem-se aumentado desde então a presença dos psicólogos no campo do bem-estar social, inicialmente na saúde pública e mais recentemente na Assistência Social, destacando-se que essa atuação se dá, majoritariamente, através da contratação por organizações do “terceiro setor” , sob a lógica de tercerização (Yamamoto, 2007).

Na prática, entretanto, observa-se uma inserção descontextualizada da Psicologia na área social, já que os profissionais agem, em geral, com muito boa vontade e com grandes sonhos de transformação , mas suas ações não partem de uma leitura crítica e adequada da realidade, fazendo com que não enxerguem suas possibilidades reais e seus limites de atuação. Em geral, as utopias de mudança social carregadas por eles não vêm acompanhadas de elementos críticos teóricos , técnicos e políticos suficientes . Por um lado, isso se deve à carência na formação acadêmica específica para o atendimento a essas demandas, e por outro lado pela compreensão restrita do fenômeno do risco social , que não

considera a relação entre a lógica econômica e a coesão social anteriores às situações de ruptura representadas pela exclusão (Paiva e Yamamoto, 2010).

Essas dificuldades não são exclusivas dos profissionais não estatutários, os servidores públicos, conforme verificou Senra e Guzzo (2012), também sentem-se impotentes diante da realidade adversa das comunidades em que atuam, com carência de repertórios instrumentais e teóricos que apontem para o sentido de produção de mudanças na realidade das pessoas atendidas. Vivenciam dilemas em relação à condução das políticas públicas, que geram constantes alterações nos rumos das ações desenvolvidas. Sentem-se impotentes e incapazes, portanto, de gerar movimentos que provoquem qualquer tipo de mudança na estrutura institucional. A pesquisadora observou um caráter contraditório na atuação desses profissionais, situados entre a população e a gestão pública da política, já que, por um lado propagam um discurso emancipatório, mas por outro lado, reproduzem mecanismos assistencialistas e não transformadores que caracterizam determinadas propostas de atuação na Assistência Social.

Ximenes, De Paula, Barros (2009) avaliam, como um fator que impacta nessa prática contraditória do psicólogo, o vínculo institucional a partir do qual se dá a atuação, já que pode haver ambiguidades entre as pretensões dos profissionais e os desdobramentos de sua ação.

“é possível, por exemplo, que o trabalho do profissional se proponha a combater os excessos da desigualdade social, ao passo que, no cotidiano, reforce fundamentos que a produzem, caso o dinâmico emaranhado institucional onde ele se situa, em determinadas circunstâncias, respalde a circulação da noção do usuário como “vulnerável” e exalte apenas retoricamente o exercício dialógico, seja na

própria gestão municipal seja nos vários espaços onde, de algum modo, ela se materializa." (Ximenes, De Paula, Barros, 2009, p.692).

Assim, para os autores, a prática do psicólogo tanto pode manter ordens socialmente excludentes, quanto produzir fissuras em tais iniquidades, a depender das conjunturas locais de gestão e operacionalização.

Entretanto, é importante ressaltar que as dificuldades observadas nos contextos institucionais não constituem um problema isolado, mas são reflexos do paradoxo existente entre uma política que se propõe a trabalhar a autonomia e a emancipação dos sujeitos, e a condução do Estado brasileiro, que garante direitos em lei, ao mesmo tempo que negligencia as condições da população pobre do país. Guzzo e Lacerda Jr. (2007) observam que, dada as circunstâncias atuais, a atuação dos psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais inseridos no trabalho comunitário impedem que este assumam um sentido fortalecedor, resultando assim, em um processo de impotência e paralisação diante dos desafios. Desta maneira, “sofrem os técnicos pela incapacidade de buscar soluções para os problemas sociais, sofre a população que a cada dia tem mais dificuldades para viver”(Guzzo e Lacerda Jr., 2007, p. 236).

I.3. Psicologia Crítica:

O objetivo deste item é apresentar a Psicologia Crítica, enquanto perspectiva que serve de base para essa reflexão. Importante salientar a utilização da palavra perspectiva, já que a Psicologia Crítica não tem um objeto específico de intervenção, como a Psicologia clínica, hospitalar, escolar, entre outras. Enquanto perspectiva, ela é uma forma de análise e intervenção na realidade baseada em alguns pressupostos teóricos e metodológicos, que pode servir de referência para intervenções realizadas em qualquer área de atuação da

Psicologia, com base em algumas abordagens teóricas que são coincidentes com seus princípios.

De acordo com Montero (2010), a perspectiva crítica estará sendo exercida desde que a análise e a intervenção apresentem as condições da dialética e da ética. A primeira condição diz respeito à introdução de elementos de contradição na totalidade dialética de um modo de fazer ciência, desenvolvendo argumentos inusitados, distintos, de forma a ir além das explicações dadas, mudando a perspectiva presente e desconstruindo construções teóricas ou metodológicas. A segunda condição contempla a necessidade de respeito ao outro, o reconhecimento de que não há apenas um modo de conhecimento, nem uma só explicação para a compreensão dos fenômenos psicossociais, devendo, dessa forma, ser descartadas as explicações únicas, os modelos únicos, que impedem a geração de diferentes respostas.

A Psicologia Crítica é uma forma de autocrítica da Psicologia, que analisa determinados modelos teóricos, conceitos e interpretações dadas a fenômenos, demonstrando seus modos de construção, suas contradições, graus de coerência e interesses, assim como seus pontos fortes. Além desse aspecto interno da crítica, essa perspectiva discute as próprias práticas hegemônicas de produção de conhecimento, que naturalizam as formas de conhecimentos produzidas, apresentando-as de forma absoluta, o que implica uma crítica à própria sociedade, já que ela denuncia e assume o papel da Psicologia como uma das estruturas sociais de poder (Montero, 2010).

Uma característica fundamental da Psicologia Crítica é a concepção das pessoas como seres complexos, que se apresentam de determinado modo, mas que, dada a sua complexidade, poderiam ser de outra maneira. A perspectiva crítica indica a possibilidade de escolha entre as várias possibilidades de ser de uma situação ou pessoa. Ao introduzir a

dúvida ela permite o desvelar de diferentes possibilidades e alternativas para os fenômenos. Por outro lado, as abordagens tradicionais da Psicologia, através da concepção de padrões de normalidade, modelos de desenvolvimento universalistas, e interpretações e o diagnósticos psicológicos, estudam os seres humanos de forma a tentar arraigá-los e sujeitá-los a um lugar fixo, dificultando ou impedindo sua mudança (Parker, 2007).

Assim, um tema central dessa perspectiva é o complexo psíquico , que se refere à rede complexa de teorias e práticas acadêmicas e profissionais da Psicologia que constroem as noções mais básicas e cotidianas de ego , mente, desvio e normalidade . O complexo psíquico opera como uma rede de especulações sobre o comportamento e os estados mentais dos indivíduos , e abrange uma gama de tentativas para regular o modo como as pessoas pensam e se comportam. Dessa forma, a Psicologia Crítica é um processo de desconstrução de práticas e teorias da Psicologia, que questiona as imagens de patologia da maneira que estão colocadas na sociedade atual. Esse questionamento baseia-se na constatação de que a Psicologia está construída com os horizontes da sociedade capitalista, que transformando a compreensão de cada pessoa sobre o seu lugar no mundo, justifica uma ordem social desigual, apontando as raízes desta na natureza humana (Parker, 2004).

Observa-se que a relação da Psicologia com o capitalismo está interligada ao desenvolvimento histórico dessa ciência, na relação com seu objeto de análise vinculada ao desenvolvimento da sociedade. Sendo o homem o objeto de estudo da Psicologia, observa-se as diferentes concepções de homem nas quais os estudos da Psicologia basearam-se historicamente, para se compreender sua vinculação atual.

Voltando-se às raízes filosóficas dessas concepções, Canguilhem (1956) observa que a ciência da Psicologia teve diferentes influências, que contribuíram para diferentes formulações teóricas e metodológicas. O autor aponta a influência aristotélica, nos estudos

das bases fisiológicas do psiquismo; a influência de Descartes, no determinismo analítico no estudo da consciência; de Kant, na concepção de Psicologia como ciência do sentido interno; de Maine de Biran, na ideia do sentido íntimo, da Psicologia como ciência das profundezas da alma. O autor apresenta então a concepção da Psicologia como ciência das reações e do comportamento, iniciada no século XIX, que desenvolveu-se no bojo do processo de industrialização, definindo-a como biologia do comportamento humano, apresentando uma incapacidade constitucional de deixar claro seu projeto instaurador. Essa Psicologia, hegemônica no séc XIX e XX, separou-se totalmente da filosofia, esquivando-se da concepção de uma ideia de homem, de alma e consciência, apresentando-se como uma ciência de adaptação a um meio sociotécnico, e não ao meio natural. Nesse processo vigente de utilitarismo da humanidade, isto é, na definição do homem como ferramenta, os psicólogos passaram a funcionar como instrumentos de determinada estrutura de sociedade e poder instituídos, sem o questionamento desta serventia (Canguilhem,1956).

Parker (2007), confirmando essas colocações, aponta que a força fundamental por trás da Psicologia é a "psicologização", isto é, a conversão de condições sociais e históricas de alienação em questões individuais e psicológicas, naturalizando vários processos sociais do capitalismo. Assim, a Psicologia Crítica se propõe ao exame sistemático de como algumas variedades de ações e experiências psicológicas são privilegiadas em contraposição a outras, e como os discursos dominantes da Psicologia operam de maneira ideológica a serviço do poder. Considera, entretanto, que onde existe poder existe resistência, e que em cada prática dominante existem contradições e espaços, onde é possível trabalhar para mudar o estado atual das coisas. Dessa forma, ela se configura como o estudo das maneiras em que todas as variedades da Psicologia são construídas cultural e

historicamente, e como as variedades alternativas da Psicologia podem confirmar ou resistir às premissas ideológicas nos modelos dominantes.

A pesquisa e a prática psicológica precisam se ater ao processo através do qual a representação e os significados dos fenômenos são construídos ideologicamente, sendo usados para manter situações injustas e intoleráveis. Montero (1990), refletindo sobre esse conceito chave na Psicologia Crítica que é a ideologia, esclarece que nessa perspectiva a ideologia não é vista em seu sentido comum, como visão de mundo pertencente à uma cultura, ou conjunto de ideias neutras partilhadas por determinado grupo; mas sim baseada na concepção de Marx, de ideologia como uma específica distorção da consciência, que mascara a relação social de produção exploratória e bloqueia os indivíduos da conscientização de sua exploração. Nessa concepção, os indivíduos não são só receptores, mas também propagadores ativos, por vezes inconscientemente, da ideologia. O sentido marxiano desse conceito não exclui a ideia de visão de mundo, mas afirma que a ideologia constitui um sistema de sentidos e significados sociais que é decorrente de um processo, distorcido e mascarado, de confrontação entre grupos desigualmente poderosos, respondendo aos interesses da classe sócio-político-econômica no poder (Montero, 1990).

A ideologia normatiza o anormal, enquadra como ordenado o que é produto da desigualdade social, e racionaliza a miséria e a injustiça. Ao mesmo tempo, ela permite que vítimas e vitimizadores considerem a lei, o estado e o mundo em geral, como justos, verdadeiros e plenos de equidade. A Psicologia Social e Cognitiva tende a enfatizar e estudar os problemas e desajustes individuais, mas a vida cotidiana consiste em muitos desajustes e contradições. Os processos cognitivos, como a busca da consonância e o auto-engano são formas de mascarar partes da realidade que precisam ser compreendidas, por isso essas análises e suas práticas decorrentes são expressão da ideologia, sendo que esse

conceito pode dar significado para os pedaços separados e fragmentados dos dados psicológicos (Montero, 1990).

Baseando-se em aprofundados estudos, Montero (1990) afirma ainda que os efeitos da ideologia, como um sistema cognitivo mediador da percepção individual e do entendimento da realidade, que obscurece e altera dados, levando à fragmentação e compreensão equivocada da totalidade, tem efeitos tangíveis no Terceiro Mundo. A auto-depreciação ideológica, presente na população desses países, mantém as relações de dependência, mascarando o potencial criativo e tendo efeitos paralisantes sobre os esforços nacionalistas de desenvolvimento.

Considerando-se que a ideologia opera em três níveis, social, interpessoal e individual, a Psicologia é essencial para a compreensão de como os processos do nível social se tornam parte do nível individual, e como esses efeitos no nível individual são impactantes no nível interpessoal e conseqüentemente no nível social. O comportamento humano precisa ser compreendido e explicado não apenas em termos particulares, em situações isoladas e personificadas, mas também em termos das relações que ligam as contradições sociais com os processos históricos e estruturas sociais (Montero, 1990).

Alguns conceitos fundamentais da perspectiva crítica, que fundamentam uma Psicologia que não desvia a análise dos processos históricos e estruturas sociais, para problemas individuais de desajustamentos, são, segundo Prilleltensky e Nelson (2002), os conceitos de poder, bem estar, opressão e libertação. O conceito de poder é central na Psicologia Crítica, já que essa variável permeia todas as relações sociais onde há o controle de uma pessoa ou de um grupo sobre outro. Ao aceitar a onipresença do poder nas mais diversas relações sociais, a Psicologia Crítica avança, constatando a impossibilidade da neutralidade científica, já que a ciência não tem como estar desvinculada das questões

políticas, econômicas e sociais permeadas de poder. O poder nessa visão refere-se à capacidade e oportunidade de preenchimento ou obstrução de necessidades pessoais, relacionais e coletivas. Caracteriza-se por uma constante interação entre as capacidades, desejos e motivações individuais e as oportunidades de realizá-las, que estão condicionadas às circunstâncias sociais e históricas apresentadas.

O conceito de bem-estar refere-se à satisfação simultânea e equilibrada das satisfações pessoais, relacionais e coletivas, considerando-se a dependência de uma dimensão à outra. Dessa forma, o bem estar individual está condicionado ao bem estar do grupo familiar, que está condicionado às condições da comunidade e da sociedade em que estão inseridos. Por bem estar individual compreende-se a capacidade de adultos e crianças em perseguir os objetivos de vida escolhidos, bem estar relacional refere-se à participação significativa das pessoas nas decisões comunitárias que afetam suas vidas, e o bem estar social refere-se a contar com uma estrutura social que facilita a busca dos objetivos pessoais e comunitários. Finalmente, o conceito de bem estar apresentado considera o desenvolvimento humano em termos da relação mútua e condicionada entre os três aspectos apresentados, necessidades individuais como saúde, autodeterminação e oportunidades de crescimento estão atreladas à satisfação das necessidades coletivas como, sistema de saúde adequado, acesso à água potável, equidade na locação de recursos e igualdade econômica (Prilleltensky e Nelson, 2002).

O conceito de opressão refere-se a padrões de comportamentos individuais e institucionais através dos quais uma pessoa ou grupo exerce dominação e controle sobre o outro, de forma a obter vantagens políticas, econômicas e/ou sociopsicológicas. Assim como o bem-estar, a opressão envolve dimensões políticas e psicológicas, que coexistem e são mutuamente determinantes. O aspecto psicológico da opressão pode ser caracterizado

pela internalização de uma visão negativa de si mesmo, que leva ao sentimento de não merecimento de recursos e de participatividade nas questões sociais e comunitárias. Dessa forma, a opressão estabelece um estado de assimetria nas relações de poder que envolve dominação, subordinação e resistência. A dominação é exercida através da restrição do acesso a recursos materiais, e da criação nas pessoas de uma auto imagem negativa. Essas relações assimétricas levam a condições de miséria, desigualdade, exploração, marginalização e injustiça social (Prilleltensky e Nelson, 2002).

O conceito de libertação se refere ao processo de resistência às forças de opressão. Como um estado, a libertação é uma condição na qual as forças opressoras não mais dominam uma pessoa ou grupo. A libertação pode se dar através de influências psicológicas e/ou políticas, quanto mais internalizado, através de diferentes mecanismos psicológicos, estiver o sentimento de opressão, menos conscientes as pessoas estarão sobre a relação entre as causas de seu sofrimento e as injustiças sociais e dominação a que estão submetidas. A libertação, enquanto um processo, é uma realização progressiva, que se dá de forma não linear através de avanços e retrocessos, o primeiro passo dessa realização pode se dar através de terapia, participação em movimentos populares ou estudos individuais, na sequência a compreensão obtida deve ser compartilhada com outras pessoas em situações diversas que compartilham das pressões sociais, o próximo passo, possível apenas após a conscientização das forças opressoras, é o engajamento em ações emancipatórias. A Psicologia Crítica considera que a maneira efetiva de contribuir para a libertação da opressão pessoal é através do estabelecimento de relações de parceria e solidariedade, o objetivo final deve estar direcionado para a garantia do bem estar do indivíduo, da comunidade e da sociedade como um todo, já que não é possível se atingir um estado de bem estar e de libertação isoladamente (Prilleltensky e Nelson, 2002).

Finalizando-se a Fundamentação Teórica serão destacados os pontos fundamentais para a análise subsequente. A concepção de políticas públicas, como formas de enfrentamento às sequelas da questão social, levou à necessidade de análise da questão social, com seus contornos específicos no atual momento de reestruturação produtiva no Brasil. Observou-se como a partir da década de 1990, sob as diretrizes de Estado mínimo próprio da agenda neoliberal, intensificou-se o processo de privatização, impactando diretamente na execução dos serviços e programas da Política Nacional de Assistência Social, que estão sendo desenvolvidos em sua maioria pela iniciativa privada, sem o devido suporte e controle. Dessa forma, concluiu-se que a inserção da política de Assistência Social no tripé da seguridade social, a partir da Constituição Federal de 1988, ao mesmo tempo que representou um avanço no sentido do reconhecimento de direitos e de responsabilização do Estado pela garantia de mínimos sociais, culminou com o processo de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, levando na prática ao desenvolvimento de uma política minimamente dotada de objetivos, recursos e densidade institucional, sem potencial para aplacar o aprofundamento da miséria e exclusão no país.

Paralelamente à essa exposição foi realizada uma análise crítica sobre o papel desempenhado pela Psicologia na naturalização e justificação de uma ordem social desigual, e como essa naturalização, que desvincula os fenômenos psicológicos de sua gênese sócio-histórica, leva muitas vezes à uma prática profissional contraditória, que apresenta, por um lado, a propagação de um discurso emancipatório, mas por outro, reproduz mecanismos assistencialistas e não transformadores das condições sociais. Ao final foi introduzida a Psicologia Crítica, como uma perspectiva que desconstrói as bases teóricas e práticas de uma Psicologia desvinculada das questões sociais, e estabelece

fundamentos para uma reordenação da profissão e ciência psicológica, de forma a fazê-la contribuir e fomentar processos emancipatórios.

II. MÉTODO:

II.1. Fundamentação Metodológica:

A pesquisa, como meio de produção de conhecimento científico, tem como finalidade a descrição e explicação da realidade com vistas à apreensão de determinado fenômeno. Entretanto, o critério de verdade e realidade não é consenso, sendo passível de diferentes interpretações. Dellari Jr. (2011) aponta que o paradigma de "verdade absoluta", o dogmatismo, conservador e já muito criticado, convive atualmente com seu contraponto, a concepção de "verdade relativa", o relativismo, aparentemente progressista.

O dogmatismo pode ser entendido como a possibilidade de conhecer a verdade, a confiança nesse conhecimento e a submissão a essa verdade sem questionamento. Os dogmas expressam verdades indubitáveis, não sujeitas a qualquer tipo de revisão ou crítica. Nessa concepção a tradição é considerada como doutrina, verdade absoluta e indiscutível, que é acessada e transmitida por uma autoridade externa. Por não ser questionável a tradição é experienciada como íntima e de posse do indivíduo, inviabilizando o auto questionamento e o questionamento do meio social (Dellari Jr., 2011).

Por sua vez, o relativismo é uma doutrina que prega que todo conhecimento é relativo, afirmando que as verdades morais, religiosas, políticas e científicas, variam conforme a época, o lugar, o grupo social e os indivíduos de cada lugar. Para Dellari Jr. (2011), a concepção relativista apresenta-se como uma nova forma de não aceitação de mudança de posição, podendo ser chamada de "novo comodismo", já que considera como verdadeiro o modo particular de apreensão da realidade, excluindo a necessidade da contrariedade e do consenso.

Analisando ambas as posições, aparentemente opostas, percebe-se que elas apresentam em comum o fato de considerarem verdadeiro um entendimento estritamente subjetivo, que é dependente da forma de apreensão ou poder explicativo de cada indivíduo. Enquanto que, para o dogmatismo, um sujeito sozinho pode atingir a verdade sobre tudo, e impor esta aos demais, no relativismo um sujeito sozinho sabe tudo o que é preciso saber para si , mesmo que ninguém mais pense como ele . Em ambos os casos não há a observação do critério de objetividade, já que "não importa tanto se o que se diz é condizente ou não com o modo de ser da realidade ao nosso redor e da qual fazemos parte , mas sim se você “acredita” ou não em sua própria “verdade”; se você deseja ou não “impô-la” ou “vendê-la” a outra pessoa; se tem recursos retóricos e/ou capacidade de persuasão para fazer isso ou não ." (Dellari Jr., 2011, p.4). Dessa forma, conclui-se que nos dois casos só o critério do poder tem como prevalecer, já que, se em ambas as concepções o discurso dito “verdadeiro” não necessita prestar contas ao real, sendo duas posições forem radicalmente opostas, apenas a força, seja física ou simbólica/moral, poderá fazer uma delas predominar (Dellari Jr., 2011).

Perspectiva Materialista Histórica e Dialética

A perspectiva do Materialismo Histórico Dialético apresenta um contraponto às duas concepções anteriormente apresentadas, considerando, como fundamental no processo de apreensão do real, o critério da objetividade.

Nesse sentido, um conhecimento mais verdadeiro e/ou crítico será aquele que retratar com maior fidelidade as contradições do real , em sua estrutura, dinâmica e gênese ser e devir. Deste modo, em contraposição à noção de neutralidade do conhecimento científico, compreende-se aqui que a relação do ser humano com o real está con tida no próprio critério de objetividade. Em outras palavras, o

homem é real e faz parte da realidade que busca compreender – logo, o “momento subjetivo” se inclui nesta busca : na dialética “subjetivo -objetivo”, mas não na posição de princípio regente de toda a lógica do entendimento humano . (Dellari, 2011, p. 5)

É a partir dessa metodologia que se configura a proposição de análise crítica da inserção da Psicologia na Política Nacional de Assistência Social, compreendendo que a crítica do conhecimento consiste, nessa abordagem, em trazer determinado objeto de estudo ao exame racional, tornando conscientes os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites, ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (Netto, 2011).

A mediação é a categoria da teoria crítica marxista através da qual se realiza o método dialético de análise da realidade . Ela se constitui em um caminho de apreensão do real, através de sucessivas aproximações através da tríade : singularidade, universalidade e particularidade, inseridas em um processo prático -concreto. O campo da universalidade consiste no plano das determinações universais , da realidade para além do aparente . Neste campo, há uma compreensão de como as leis , as relações sociais , as políticas sociais e econômicas, dentre outras, determinam os fenômenos ou problemas . A singularidade compõe o aparente das situações , as questões individuais , familiares, psicológicas e financeiras, próprias de determinado fenômeno. A particularidade consiste no espaço de mediação desses dois campos, na percepção de como o caráter universal do fenômeno se manifesta de forma diferente em cada complexo , em cada tempo e espaço . Dessa forma, “[...] o particular representa aqui , precisamente, a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade”. (Lukács, 1978, p. 92).

A compreensão do objeto como uma totalidade concreta e dinâmica, constituídas por totalidades de menor complexidade, deflagra a necessidade da análise de cada um dos

complexos constitutivos das totalidades, de forma a esclarecer as tendências que operam especificamente em cada uma delas. O caráter dinâmico resulta do movimento contraditório das totalidades que a compõe, sem as contradições as totalidades seriam inertes, e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. Dessa forma, uma questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos que compõe as totalidades. Tais relações nunca são diretas, elas são mediadas pela estrutura e níveis de complexidade de cada totalidade (Netto, 2011).

II.2. Desenvolvimento da Pesquisa:

A trajetória de desenvolvimento da presente pesquisa revela, de forma concreta, o impacto que a concepção materialista histórica e dialética representa na análise da realidade. Inicialmente, a questão da pesquisa era: como qualificar o trabalho dos psicólogos que atuam nos serviços da PNAS? A busca era identificar pressupostos teóricos e metodológicos para fundamentar essa intervenção profissional.

O desafio que se configurava nesse momento se colocava da seguinte forma: a área da Assistência Social no Brasil, antes não regulamentada, conta agora com uma legislação própria, que especifica e tipifica os serviços a serem desenvolvidos. Nessa regulamentação o psicólogo tem papel central na execução dos serviços, sendo indicado como profissional de referência, ao lado do assistente social, em todos os programas e serviços dessa política. Os profissionais com os quais eu atuava, na função de assessora em uma fundação filantrópica, demonstravam desconhecimento dos princípios e diretrizes dessa legislação, e quando a conheciam, relatavam dificuldades em conduzir os atendimentos e intervenções com vistas aos objetivos estabelecidos na política. Como orientar esses profissionais para que eles pudessem concretizar, na prática cotidiana com os usuários das entidades, os objetivos de promoção de direitos e conscientização, indicados frequentemente na política?

Que autores poderiam ser usados para responder ao desafio de atuar, de forma emancipatória, com a massa de excluídos que essa política atende? Que técnicas poderiam ser empregadas para minimizar (ou reverter) os quadros de sofrimento psíquico a que essa massa está submetida?

O processo de elaboração do presente trabalho, sob a perspectiva materialista histórica dialética, colocou-me progressivamente em contato com os diversos elementos, compreendidos como processos dinâmicos e inter-relacionados, que configuram essa questão de pesquisa. De forma gradual, na busca pela gênese do fenômeno pesquisado, através da identificação, descrição e análise dos elementos que o constituem, pude perceber que a questão colocada inicialmente continha em si considerações impostas que obscureciam a real complexidade do fenômeno. Observando, exclusivamente, do ponto de vista dos aspectos da singularidade, considerei a PNAS como algo estanque, inquestionável, de certa forma absoluto, que deveria determinar a atuação do psicólogo, independentemente da condição de trabalho sob a qual aquele serviço estivesse sendo desenvolvido, e sem levar em consideração as condições socioeconômicas e os movimentos políticos subjacentes à implementação da Política Nacional de Assistência Social. De certa forma, eu estava reproduzindo em minha pesquisa o movimento de fragmentação e dissociação, que caracterizam a forma de desenvolvimento e implementação das políticas sociais no Brasil, acabando por responsabilizar, apenas a categoria profissional da Psicologia, para o enfrentamento de questões que são reflexo da maneira de organização da sociedade, da qual a Psicologia é parte integrante.

O fato de ter sido demitida da instituição que apoiava, financiava, e para a qual seria, primeiramente, retornado o investimento desse estudo, colaborou com a constatação de que as condições trabalhistas de inserção do profissional, a política organizacional do

lócus de trabalho, e o contexto político de implementação das políticas sociais são fatores determinantes, que refletem diretamente e condicionam em grande parte o direcionamento do trabalho do psicólogo e dos demais profissionais.

Dessa forma, condizente com os pressupostos do método, de não ser constituído a priori, com base em direções e expectativas pré-definidas, o processo de objetivação e aproximação da realidade do objeto a ser estudado foi desvelando os aspectos particulares, as contradições desse objeto, redirecionando o foco da análise.

Finalmente, frente às constatações advindas do estudo do processo de desenvolvimento das políticas sociais no Brasil sob o contexto de privatização dos serviços públicos característico da agenda neoliberal, e da forma de relacionamento da Psicologia com esse processo, acabou-se por delimitar como foco da análise a contradição entre as condições de atuação dos psicólogos em entidades socioassistenciais cofinanciadas pelo poder público para execução dos serviços tipificados no SUAS, e o resultado esperado nesse sistema para essa atuação.

II.2.1. Etapas Metodológicas

A presente reflexão está baseada nos seguintes elementos: revisão dos marcos legais que fundamentam a Política Nacional de Assistência Social e prevêem a atuação dos psicólogos nessa política; revisão bibliográfica dos trabalhos científicos publicados, relacionados à inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social; reflexão da prática profissional executada em organização não governamental.

Revisão dos Marcos Legais

Os marcos legais analisados foram selecionados por representarem momentos fundamentais na trajetória da política de Assistência Social brasileira. O critério utilizado

para a seleção desses marcos foi a pertinência e relevância desses à investigação do objeto de pesquisa. Os marcos selecionados foram: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n.º 12.435/2011, que alterou a Lei n.º 8.742/1993; Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 130/2005; Resolução do CNAS nº 269/2006; Resolução do CNAS nº 109/2009; Decreto nº 6.308/ 2007.

Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica dos trabalhos científicos foi realizada a partir da base de dados Scielo, e da produção realizada pelos integrantes do Grupo de Pesquisa, no qual se insere esse trabalho, com a seleção dos artigos a partir da proximidade com o tema aqui discutido. Os quatro critérios adotados, a partir da referência de Lima e Miotto (2010), para orientarem a seleção do material foram: o parâmetro temático – foram pesquisadas as obras relacionadas ao objeto de estudo, de acordo com os termos que lhe são correlatos: Psicologia e Sistema Único de Assistência Social- SUAS, Psicologia e “terceiro setor”, Psicologia e Políticas Públicas, e Intervenção Psicossocial; o parâmetro lingüístico – foram selecionadas obras no idioma português, devido à pesquisa estar relacionada com a política pública nacional; as principais fontes consultadas – foram selecionados artigos publicados em periódicos a partir da base Scielo, e artigos no prelo, produzidos pelo Grupo de Pesquisa; e o parâmetro cronológico de publicação – foram pesquisadas publicações a partir do ano de 1993, quando a primeira Lei Orgânica da Assistência Social foi formulada.

A busca do material, a partir dos critérios estabelecidos, resultou em 162 trabalhos. Esses artigos foram submetidos à análise, a partir de uma leitura seletiva, que teve como fundamento a busca dos trabalhos que apresentassem uma visão crítica dessa inserção, e

que fizessem menção à influência do contexto sócio-econômico na atuação do psicólogo. Desse processo resultaram oito artigos: Andrade e Romagnoli (2010), Dantas e Yamamoto (2010), Guzzo e Lacerda (2007), Paiva e Yamamoto (2010), Senra e Guzzo (2012), Yamamoto (2007), Yamamoto e Oliveira (2010) e Ximenes, De Paula e Barros (2009).

Reflexão sobre a prática profissional

Contextualização do cenário de desenvolvimento da prática:

A reflexão da prática profissional baseou-se na análise de encontros de capacitação realizados com psicólogos atuantes em entidades socioassistenciais, organizados durante meu tempo de atuação em uma fundação social sem fins econômicos. A organização, na qual se desenvolveu esse trabalho, é uma fundação do “terceiro setor”, que administra recursos próprios, provenientes da especulação imobiliária de terras doadas pelo seu fundador, para o investimento em causas sociais. A maior parte de seus recursos é direcionada para promover a articulação e oferecer suporte ao trabalho de 97 entidades socioassistenciais da região em que está inserida, com as quais estabelece convênio de parceria. Entre essas ações estão a prestação de serviços na área de recursos humanos e contabilidade, consultorias nas áreas de direito, marketing e políticas públicas e a dotação mensal de um valor financeiro estabelecido na forma de convênio de cooperação.

A minha atuação nessa fundação se deu no Departamento de Ação Social, que prestava assessoria e consultoria às entidades na área técnica e no planejamento de suas ações. Nesse departamento, atuavam as chamadas técnicas de referência, profissionais da área de Serviço Social e Pedagogia, que mensalmente acompanhavam *in loco* o trabalho das entidades, e profissionais da área de Psicologia, Educação Física, Nutrição, Arte Educação e

Biblioteconomia que realizavam uma atuação transversal, respondendo às demandas das entidades em questões inerentes às suas áreas de formação.

Uma parcela importante do meu trabalho, como técnica transversal e única psicóloga do departamento, era acompanhar o trabalho dos psicólogos nas instituições. Grande parte dos profissionais relatava questões, angústias e dificuldades na condução de seus trabalhos, era corrente a queixa da falta de espaço para qualificação e discussão acerca da atuação do psicólogo nas entidades sociais. A partir desse diagnóstico, realizamos, em uma equipe composta por uma assistente social, uma pedagoga e eu, um Grupo de Estudos de Psicologia, com o desenvolvimento de sete encontros. A equipe de profissionais desenvolveu a metodologia dos encontros com o propósito de discutir as referências legais que embasam o trabalho desses psicólogos nas entidades socioassistenciais, especificamente os fundamentos do SUAS, atendendo a demanda de qualificação trazidas pelos profissionais. A organização do grupo foi feita através de reuniões semanais pelos profissionais facilitadores, onde eram discutidas as avaliações escritas e as notas de campo, e realizado o planejamento do próximo encontro.

Participantes:

Foram enviados convites eletrônicos às 97 entidades socioassistenciais filiadas à fundação, para participação nos encontros. Além disso, foi criado um blog de divulgação, que foi publicado no site da fundação. A entidade convidada definia internamente a liberação do seu profissional para participação no grupo, já que o mesmo era realizado em horário comercial. A partir do segundo encontro, além da divulgação pelo site e através do convite eletrônico institucional, a equipe enviou convites eletrônicos diretamente aos

psicólogos participantes, que anotaram o endereço eletrônico na lista de presença. O número máximo de participantes no grupo foi de 41 e o mínimo de 15 profissionais, provenientes das entidades socioassistenciais filiadas à fundação. A participação majoritária foi de profissionais atuantes em entidades conveniadas à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social – SMCAIS, para execução de serviços do SUAS.

Fontes de Informação:

A análise foi feita a partir das minhas impressões, registradas em notas de campo, e com base nas planilhas de organização dos encontros utilizadas.

Descrição dos procedimentos utilizados nos encontros:

No primeiro encontro, realizado em abril de 2010, compareceram 38 psicólogos. Na programação, inicialmente, contemplou-se a apresentação institucional, apresentação da equipe e do propósito do grupo, e realização de dinâmica de grupo com a finalidade de acolhimento e apresentação dos participantes. Na sequência, a assistente social da equipe fez uma exposição sobre o SUAS, comentando os principais marcos da Política Nacional de Assistência Social e a inserção do psicólogo nessa política. Ainda nesse encontro, foi realizada a apresentação do trabalho desenvolvido por uma psicóloga da rede, que havia recebido um prêmio de práticas inovadoras de Psicologia. Em seguida, os participantes foram divididos em grupos de discussão, nos quais cada subgrupo refletiu sobre: desafios de seu trabalho na entidade, potencialidade de seu trabalho na entidade, e expectativas para esses encontros. O fechamento foi feito através da discussão em plenária dos assuntos refletidos e escolha do texto para discussão no próximo encontro.

Para a escolha do texto do segundo encontro foram sugeridos cinco artigos: Yamamoto, O. *Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo*. *Psicologia e Sociedade*, vol. 19, 2007- que foi escolhido por nove participantes; Bock, Ana Mercês Bahia. *A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social*. *Estud. psicol.*, Natal, vol. 4 no. 2, Dez 1999- escolhido por seis participantes; Nascimento, M.; Manzini, J.; Bocco, F. *Reinventando as práticas psi*. *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 18, supl. 1, 2006- escolhido por seis participantes; e o artigo Eidelwein, K. *Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção do conhecimento*. *Revista Textos e contextos*. Porto Alegre v.6 n.2, 2007- que teve o maior número de escolhas, com um total de onze votos.

No segundo encontro, realizado em maio de 2010, compareceram 41 psicólogos. A programação contou com as seguintes atividades, apresentação do contexto atual da fundação, realizada pelo gestor do departamento de ação social; discussão em subgrupos do texto lido, com a tentativa de correlacionar os conceitos trazidos com a prática cotidiana; discussão em plenária dos tópicos discutidos nos subgrupos, com fechamento pela equipe da fundação. Ao final foi realizada a avaliação e escolha do texto do próximo encontro, para essa escolha foram mantidos os três primeiros artigos citados no primeiro encontro Yamamoto, 2007- que foi escolhido por 11 integrantes; Bock, 1999- preferido por 5 profissionais; e Nascimento, 2006- citado por 7 psicólogos presentes, com a inserção de mais duas opções de material, o *Documento de Referências Técnicas para atuação de Psicólogos no CRAS/SUAS*, realizado pelo CREPOP/ Conselho Federal de Psicologia- escolhido por 3 profissionais; e o documento de referência produzido pelo Conselho

Federal de Psicologia, em conjunto com o Conselho Federal de Serviço Social, *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social* selecionado por 10 psicólogos.

O terceiro encontro, ocorrido em Junho de 2010, contou com a participação de 38 psicólogos. A programação foi composta inicialmente pela apresentação do filme *Baraka*⁶ (Fricke e Magidson, 1992). Na sequência realizei uma apresentação esquemática do texto escolhido, Yamamoto (2007), já que a equipe averiguou que no último encontro a maioria dos profissionais não havia efetuado a leitura do artigo escolhido. Após a apresentação do texto, houve discussão em grupo, avaliação do encontro e levantamento de sugestões para o próximo encontro.

O quarto encontro, em Agosto de 2010, teve a presença de 26 participantes. Nesse encontro, os integrantes foram divididos em três grupos, o primeiro subgrupo assistiu um trecho do filme *Quanto vale ou é por kilo*⁷, e refletiu sobre a letra da música *Problema Social* (Seu Jorge, 2005). O segundo grupo assistiu um trecho do documentário, *Pro Dia Nascer Feliz*⁸, e refletiu sobre o texto *Todo ponto de vista é a vista de um ponto* (Boff, L.

⁶ Baraka é um filme estadunidense de 1992, um documentário experimental dirigido por Ron Fricke, incluindo filmagens de várias paisagens, igrejas, ruínas, cerimônias religiosas e cidades, misturando com vida, numa busca para que cada quadro consiga capturar a grande pulsação da humanidade nas atividades diárias.- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Baraka_\(filme\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Baraka_(filme))

⁷ Quanto Vale ou É por Quilo? é um filme brasileiro de 2005, do gênero drama, dirigido por Sérgio Bianchi. O filme faz uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que formam uma solidariedade de fachada. O filme faz uma grande crítica às ONGs e suas captações de recursos junto ao governo e empresas privadas. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Quanto_Vale_ou_É_por_Quilo%3F, Acessado em 20/08/12).

⁸ Pro Dia Nascer Feliz, 2006, Brasil, direção João Jardim. O documentário mostra os principais problemas que os jovens brasileiros enfrentam na escola: precariedade, preconceito, violência e abandono. Adolescentes de três estados e de classes sociais diferentes conduzem a narrativa ao contarem suas frustrações no ensino. (<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/pro-dia-nascer-feliz-676183.shtml>, acessado em 20/08/12)

1997, p. 9). O terceiro grupo assistiu um dos curtas do filme *Crianças Invisíveis*⁹, e refletiu sobre o texto *Escutatória* (Alves, R. 1999, p. 65). Ao final do encontro, houve uma discussão em grupo sobre os conteúdos discutidos.

Nos três últimos encontros do grupo foram convidados psicólogos e psicólogas atuantes na rede executora do SUAS para compartilharem suas experiências. No quinto encontro, em Outubro de 2010, compareceram 15 psicólogos, nesse encontro foram convidados dois profissionais atuantes em serviços da Proteção Social Básica, da rede socioassistencial do município, para dialogarem com o grupo sobre seus trabalhos. O sexto encontro, ocorrido também em Outubro de 2010, contou com a participação de 23 profissionais, e com a fala de três profissionais atuantes na Proteção Social Especial de Média Complexidade, que dividiu com o grupo suas experiências. Finalmente no sétimo encontro, ocorrido em Novembro de 2010, tivemos a presença de 19 psicólogos, e recebemos a participação de dois profissionais atuantes em serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A análise das observações advindas desses encontros, juntamente com a reflexão crítica sobre a legislação citada e a revisão bibliográfica, será apresentada na sequência.

⁹ All the Invisible Children (Crianças Invisíveis (título no Brasil)) é um filme Italiano de 2005, dirigido por vários diretores. Reunião de sete curtas-metragens, todos protagonizados por crianças de países diferentes, dirigidos por importantes cineastas, retrata a dura realidade vivida por muitas crianças em diferentes culturas.

III. ORGANIZANDO A REFLEXÃO

III.1. Síntese das Informações Obtidas-

- **Revisão dos Marcos Legais:**

Os marcos legais foram sistematizados de acordo com o seguinte protocolo:

Tabela 1- Síntese dos Marcos Legais analisados

Marco Legal	Relevância	Fonte e data de publicação
Constituição Federal de 1988	Incluiu a Assistência Social no tripê da Seguridade Social, reconhecendo a Assistência Social como política social que, junto com as políticas de saúde e de previdência social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro.	Brasil, 1988
Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n.º 12.435/2011, que alterou a Lei n.º 8.742/1993	Lei desenvolvida para regulamentar e institucionalizar as alterações expressas na Constituição Federal de 1988, dispondo sobre a organização da Assistência Social	Brasil, 2011
Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 130/2005	Rumo à concretização dos pressupostos contidos na Constituição Federal de 1988 e na LOAS, estabelecendo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social foi aprovada a segunda Norma Operacional Básica, que conceituou o sistema descentralizado e participativo da política de Assistência Social.	Conselho Nacional de Assistência Social, 2005
Resolução do CNAS nº 269/2006	A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, NOB-RH/SUAS, delineia as diretrizes para a política de gestão do trabalho no SUAS, indicando o profissional de psicologia para a composição das equipes de referências dos serviços e programas dessa política.	Conselho Nacional de Assistência Social, 2006
Resolução do CNAS nº 109/2009	A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, contém os termos utilizados para denominar, de forma padronizada, os serviços	Conselho Nacional de Assistência Social, 2009

	ofertados pelo SUAS, de modo a evidenciar a sua principal função e os seus usuários. Essa resolução especifica as diretrizes técnicas a serem seguidas pelas entidades socioassistenciais na execução dos serviços e programas do SUAS.	
Decreto nº 6.308/ 2007	Dispõe sobre as entidades e organizações de Assistência Social de que trata o art. 3º da Lei nº 8.742/1993. Estabelece especificação e regulamentação da parceria entre o governo e as entidades socioassistenciais para execução do SUAS.	Brasil, 2007

Fonte: Elaborado pela autora.

- **Revisão Bibliográfica:**

Os artigos selecionados foram sistematizados segundo o seguinte protocolo de leitura

(Lima e Miotto, 2010):

Tabela 2- Protocolo de leitura artigo1

Artigo 1	
Identificação da obra	Referência bibliográfica: Andrade, L. F. de; Romagnolis, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos1. <i>Psicologia: ciência e profissão</i> , Brasília, 30, 3.
Caracterização da Obra	Tema central: a atuação de psicólogos em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
	Objetivo da obra: estudo das relações subjetivas que emergem entre psicólogos do CRAS e demais profissionais do serviço e a comunidade.
	Conceitos utilizados: filosofia da diferença; relações de poder.
	Referencial teórico: Esquizoanálise.
Contribuições da obra para o estudo proposto	A obra problematiza criticamente a atuação do psicólogo no CRAS, reforçando a necessidade de uma inserção crítica, calcada em aspectos teóricos, mas, sobretudo, ético, políticos e sociais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 3- Protocolo de leitura artigo2

Artigo 2	
Identificação da obra	Referência bibliográfica: Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F. & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. <i>Psicologia & Sociedade</i> , 22, 1, 104-111.
Caracterização da Obra	Tema central: produção bibliográfica da psicologia sobre o tema da pobreza
	Objetivo da obra: investigar as respostas que tem sido produzidas sobre a questão da pobreza no Brasil.
	Conceitos utilizados: produção de conhecimento, comprometimento social da psicologia.
	Referencial teórico: Psicologia Social.
Contribuições da obra para o estudo proposto	A obra indica que a pobreza não aparece como uma preocupação explícita da Psicologia, sendo que se observa uma tendência de estudar esse fenômeno de maneira isolada da forma de estruturação mais ampla da sociedade, ou entendê-lo como gerador de outras problemáticas sociais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 4- Protocolo de leitura artigo3

Artigo 3	
Identificação da obra	Referência bibliográfica: Guzzo, R. S. L. e Lacerda JR., F. (2007) Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. <i>Interamerican Journal of Psychology</i> . [online], 41, 2, 231-240.
Caracterização da Obra	Tema central: trabalho de psicólogos na realidade brasileira.
	Objetivo da obra: apresentar processos históricos correntes e seu impacto sobre a realidade brasileira e descrever um programa desenvolvido com profissionais da política de Assistência Social com horizonte libertador.

	<p>Conceitos utilizados: processos psicossociais relacionados à libertação e opressão; fortalecimento; conscientização.</p> <p>Referencial teórico: Psicologia Social da Libertação; Psicologia Crítica.</p>
Contribuições da obra para o estudo proposto	O trabalho apresenta os impasses de se trabalhar em prol da transformação social na atual realidade brasileira neoliberal. Apresenta o trabalho do psicólogo como mediador do processo de libertação, destacando a importância a conscientização de necessidades pessoais, relacionais e coletivas e, a partir delas, descobrir forças opressivas e condições de mudança.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 5- Protocolo de leitura artigo 4

Artigo 4	
Identificação da obra	Referência bibliográfica: Paiva, I. L.; Yamamoto, O. H. (2010) Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". <i>Estudos de Psicologia</i> , 15, 2, 153-160.
Caracterização da Obra	Tema central: formação e prática do psicólogo no "terceiro setor".
	Objetivo da obra: investigar a prática social do psicólogo no âmbito do "terceiro setor", buscando as estratégias utilizadas no enfrentamento das mazelas da questão social, bem como a formação necessária para atuar no campo.
	Conceitos utilizados: Intervenção Psicossocial; compromisso social; emancipação humana.
	Referencial teórico: Psicologia Comunitária.
Contribuições da obra para o estudo proposto	O artigo destaca a importância dos psicólogos de intervirem no campo social de forma proativa, buscando o desenvolvimento, a organização e a emancipação das pessoas, grupos e comunidades, promovendo mudanças efetivas nas suas vidas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 6- Protocolo de leitura artigo 5

Artigo 5	
Identificação da obra	Referência bibliográfica: Senra e Guzzo, R.S. L. (2012) <i>Assistência Social e Psicologia: sobre tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. Psicologia & Sociedade</i> ; 24, 2, 293-299.
Caracterização da Obra	Tema central: inserção da Psicologia na área de Assistência Social.
	Objetivo da obra: discutir a inserção da Psicologia na área da Assistência Social a partir da prática profissional do psicólogo no setor público no contexto atual de implementação do Sistema Único de Assistência Social.
	Conceitos utilizados: compromisso social na Psicologia; transformação social.
	Referencial teórico: Psicologia Social da Libertação; Psicologia Crítica
Contribuições da obra para o estudo proposto	A obra discorre sobre as tensões do cotidiano do trabalho de psicólogos na política de Assistência Social, e destaca a importância da compreensão desse profissional enquanto elemento central na construção da política de Assistência Social e da elaboração de modelos de intervenção psicológicos comprometidos com a transformação da realidade social.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 7- Protocolo de leitura artigo 6

Artigo 6	
Identificação da obra	Referência bibliográfica: Yamamoto, O.H. (2007) "Políticas sociais, "terceiro setor" e 'compromisso social': perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo." <i>Psicologia e Sociedade</i> ; 19, 01, 30-37.
Caracterização da Obra	Tema central: a atuação de psicólogos na atualidade das

	políticas sociais brasileiras.
	Objetivo da obra: discutir as possibilidades e os limites do trabalho do psicólogo no campo do bem-estar social e no "terceiro setor".
	Conceitos utilizados: políticas sociais; compromisso social; trabalho do psicólogo
	Referencial teórico: Psicologia Social.
Contribuições da obra para o estudo proposto	A obra apresenta uma remissão histórica sobre a inserção do psicólogo no campo social, uma revisão conceitual sobre o significado das políticas sociais no capitalismo monopolista como resposta à "questão social", uma discussão sobre o impacto da reforma neoliberal nas políticas sociais no Brasil hoje, incluindo a questão da emergência do "terceiro setor", como contexto para a discussão dos limites do compromisso social do psicólogo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 8- Protocolo de leitura artigo 7

Artigo 7	
Identificação da obra	Referência bibliográfica: Yamamoto e Oliveira, I. F. (2010) Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 26, n. spe., 9-24.
Caracterização da Obra	Tema central: processo de inserção profissional dos psicólogos no campo do bem-estar social no Brasil pós-1985.
	Objetivo da obra: partindo da análise da evolução das políticas sociais no Brasil pós-1985, a obra trata do processo de inserção profissional dos psicólogos no campo do bem-estar social. São examinados, especialmente, a saúde pública e a assistência social, setores nos quais a inserção dos psicólogos se deu de maneira mais expressiva e sistemática nestes 25 anos.
	Conceitos utilizados: psicologia e políticas sociais; saúde pública; assistência social.
	Referencial teórico: Psicologia Social.

Contribuições da obra para o estudo proposto	O artigo reflete sobre a adequação dos modelos consagrados de atuação profissional nesses novos campos, e também os limites e questões relativas à formação acadêmica para a atuação nesses novos setores.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 9- Protocolo de leitura artigo 8

Artigo 8	
Identificação da obra	Referência bibliográfica: Ximenes, V.M.; De Paula, L.R.C.; Barros, J.P.P. (2009) Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: diálogos sobre atuações em comunidades. <i>Psicologia, Ciência e Profissão</i> , 29, 4, 686-699.
Caracterização da Obra	Tema central: a aproximação entre a Psicologia Comunitária e a Proteção Social Básica do SUAS.
	Objetivo da obra: traçar diálogos teórico-metodológicos entre a práxis de Psicologia comunitária e a área da assistência social, especificamente em torno da proposta da Proteção Social Básica de fortalecimento da convivência social e comunitária no território onde vivem as famílias assistidas.
	Conceitos utilizados: atividade comunitária; método dialógico-vivencial.
	Referencial teórico: Psicologia Comunitária.
Contribuições da obra para o estudo proposto	O trabalho aponta as contribuições da Psicologia Comunitária para a leitura e a efetivação de trabalhos coletivos no território, primando pela problematização de seus processos cotidianos e pela ampliação de vínculos sociais pautados em processos de colaboração. Ressalta ainda as possíveis limitações contingenciais a essa aproximação.

Fonte: Elaborado pela autora.

- Reflexão sobre a prática profissional:

As informações, obtidas a partir da minha prática profissional, tiveram como base as planilhas de organização dos encontros, e as notas de campo realizadas no decorrer destes. Os dados obtidos através da análise das planilhas de organização dos encontros foram sistematizados de acordo com o seguinte protocolo:

Tabela 10- Síntese das planilhas de organização dos encontros-

Encontros	Participantes	Objetivo	Atividades	Material de apoio
1º.	38	Apresentação institucional, do grupo e da proposta. Levantamento de demandas e expectativas	Apresentações; exposição sobre o SUAS; apresentação de case e grupos de discussão	Apresentação em Power Point
2º.	41	Discussão sobre a interface entre Psicologia e Serviço Social	Discussões em grupos; fechamento em plenária	Artigo: Eidelwein, K., 2007.
3º.	38	Reflexão sobre os limites da atuação do psicólogo no “terceiro setor”	Apresentação de filme; exposição sobre o artigo; discussão em grupo	Artigo: Yamamoto, O., 2007 Filme: Baraka
4º.	26	Sensibilização e reflexão sobre a questão social e suas expressões no Brasil e no mundo	Apresentação de trechos de filme; leitura de discussão de textos relacionados	Filmes: <i>Quanto vale ou é por kilo</i> ; <i>Pro Dia Nascer Feliz</i> ; <i>Crianças Invisíveis</i> . Músicas/ Textos: <i>Problema Social</i> (Seu Jorge, 2005); <i>Todo ponto de vista é a vista de um ponto</i> (Leonardo Boff, 1997, p. 9); <i>Escutatória</i>

				(Rubens Alves, 1999, p. 65)
5°.	15	Reflexão sobre a atuação, com foco nos serviços e programas da Proteção Social Básica	Troca de experiências com profissionais atuantes em serviços dessa proteção, em entidades socioassistenciais	Apresentações em Power Point
6°.	23	Reflexão sobre a atuação com foco nos serviços e programas da Proteção Social Especial de Média Complexidade	Troca de experiências com profissionais atuantes em serviços dessa proteção, em entidades socioassistenciais	Apresentações em Power Point
7°.	19	Reflexão sobre a atuação com foco nos serviços e programas da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Troca de experiências com profissionais atuantes em serviços dessa proteção, em entidades socioassistenciais	Apresentações em Power Point

Fonte: Elaborado pela autora.

Descrição das questões explicitadas nas notas de campo-

No decorrer do desenvolvimento dessas atividades foram descritas em minhas notas de campo as principais questões colocadas pelos participantes, que serão apresentadas na agrupadas por temas. O primeiro tema destacado foi o preparo para a atuação, apresentado nas seguintes falas: afirmações de que o psicólogo trabalha muito para "apagar incêndio" e pouco na prevenção e promoção; pedidos de discussão sobre o trabalho psicossocial, definição de papéis e articulações, limites de cada profissional; carência de clareza do papel e das competências do psicólogo social, funções e deveres desse profissional nos diferentes níveis de complexidade dos serviços; muitas dúvidas sobre prática do psicólogo social; necessidade de diferenciação entre trabalho clínico e trabalho social; busca de teorias que

respaldem a prática; necessidade de formatar estratégias de atuação; necessidade de desmistificar a atuação .

O segundo tema destacado foi a relação dos profissionais com as questões políticas inerentes a essa atuação, identificado nas observações: preocupações com a organização da classe profissional; busca de isonomia salarial com profissionais concursados; questão do impacto das 30hs dos assistentes sociais no trabalho da dupla psicossocial; fala de que as entidades não compreendem e não legitimam o trabalho do psicólogo; necessidade de definição do papel do psicólogo no “terceiro setor” e de sua identidade na instituição; e sentimento de isolamento, vendo o grupo como o primeiro espaço onde pode sentir que não está sozinho nessa atuação; muitos não sentem-se executores da política; carência na percepção da influência do contexto na atuação; identificação do grupo frequentado como o primeiro contato com as leis, projetos e programas existentes; percepção de que as mudanças na política acabam passando despercebidas no cotidiano; dúvidas sobre o relacionamento entre as políticas públicas, CRP e ONG's; identificação da falta de "voz" do psicólogo na política; e dificuldade em lidar com a influência da cultura religiosa da entidade; busca de legitimar a atuação do psicólogo.

O terceiro tema refere-se às condições de trabalho, a partir das seguintes colocações: situação precária da atuação nos serviços- desvio de função, falta de espaços para atuar, condições salariais e alta presença de trabalho voluntário; a limitação do trabalho na realidade neoliberal; falta de legitimidade do trabalho do psicólogo mesmo entre os pares e na sociedade; alta rotatividade de profissionais nos serviços; repetição da palavra “angústia” e “necessidade de fortalecer”; muitas lamentações.

III.2. O processo de análise das informações

Como já detalhado no capítulo sobre o Método, para a epistemologia materialista histórico dialética, adotada nesse trabalho, a compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade encontra respaldo na dialética entre singularidade-particularidade-universalidade. Em sua expressão singular, o fenômeno revela o que é em sua imediaticidade (sendo o ponto de partida do conhecimento), em sua expressão universal revela suas complexidades, suas conexões internas, as leis de seu movimento e evolução, a sua totalidade histórico-social. Como opostos, se identificam, e a contínua tensão entre eles se manifesta na configuração particular do fenômeno. O particular representa a expressão lógica da categoria de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal) que não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos. É apenas pela análise dialética da relação entre o singular e o universal que se torna possível a construção do conhecimento concreto (Alves, 2010).

Dessa forma, a análise aqui realizada teve como ponto de partida o estudo dos aspectos singulares do processo de inserção da Psicologia no SUAS, com base na minha experiência em campo, junto aos profissionais atuantes no SUAS. As minhas observações, da vivência profissional de condução do grupo, foram sistematizadas através da categorizações dos termos e temas recorrentes. A primeira categoria elencada foi a questão da falta de preparo para a atuação, a segunda categoria elencada foi o aspecto do distanciamento dos profissionais das questões políticas inerentes a essa atuação, e a terceira categoria relacionada refere-se à precarização do trabalho. Ao final da observação dessas categorias foi possível obter uma compreensão mais objetiva dos dilemas, desafios,

perspectivas, questionamentos e das limitações dessa inserção do ponto de vista dos profissionais dessa rede socioassistencial específica.

Na sequência, foram estudados os aspectos universais desse fenômeno, a partir da análise crítica dos marcos regulatórios, de forma a acompanhar os movimentos, tensões, o contexto de desdobramento e os princípios estruturantes da Política Nacional de Assistência Social.

A partir da análise dialética, que relacionou as categorias dos aspectos singulares, com os aspectos universais do processo de inserção da Psicologia no SUAS, chegou-se aos aspectos particulares, como espaço de mediação, que possibilitaram a percepção de como o caráter universal de implementação do SUAS no contexto neoliberal, se expressa no cotidiano dos psicólogos atuantes em entidades socioassistenciais. A análise dos aspectos particulares foi acrescida dos dados obtidos na revisão bibliográfica, já que as investigações expressas nos artigos analisados corroboraram com as observações aqui identificadas. Os resultados da análise desses aspectos particulares foram organizadas em categorias que serão explicitadas na sequência.

Tabela 11- Esquema do processo de análise das informações

Prática Profissional - Aspectos Singulares -	Revisão dos Marcos Legais - Aspectos Universais-	Revisão Bibliográfica - Aspectos Particulares -
Falta de preparo para a atuação	Resolução CNAS n° 269/2006; Resolução CNAS n° 109/2009	Artigo 2 Artigo 7 Artigo 8
Distanciamento dos profissionais das questões políticas inerentes a essa atuação	Lei n.º 12.435/2011; Decreto n° 6.308/ 2007	Artigo 1 Artigo 4

Precarização do trabalho nas entidades socioassistenciais	CF/1988; Lei n.º 12.435/2011	Artigo 3 Artigo 5 Artigo 6

Fonte: Elaborado pela autora.

III.3. Esforços de síntese

A partir das informações sistematizadas foram destacadas três categorias de análise, para a compreensão do processo de inserção da Psicologia no atual contexto da Assistência Social, sob a perspectiva dos serviços executados pela iniciativa privada, são elas: a qualificação profissional, a dimensão política da atuação e as condições de trabalho.

Qualificação profissional

Como relatado na introdução desse trabalho, o principal fator que me motivou à realização do mestrado foi a carência que sentia de um embasamento teórico e prático, que desse resposta às situações vivenciadas na minha prática profissional na Política Nacional de Assistência Social. Através da convivência com os psicólogos da rede e da revisão bibliográfica realizada, pude constatar que essa é uma necessidade recorrente dos profissionais, que se apresenta muitas vezes em forma de dúvidas relativas ao papel e às competências do psicólogo social, suas funções e deveres na área da Assistência Social; questionamentos sobre a diferenciação entre trabalho clínico e trabalho social; necessidade de definição do papel do psicólogo nas políticas públicas e de sua identidade nas instituições do “terceiro setor”; e necessidade eminente de discussão sobre o trabalho da dupla psicossocial (psicólogo e assistente social).

Esses questionamentos e receios destacados pelos profissionais, apontam para uma fragilidade da ciência e profissão da Psicologia, que ao colocar o indivíduo como seu objeto

de estudo e foco de atuação, historicamente trouxe poucas contribuições à compreensão da dinâmica social da exclusão. Mais do que uma falha estrutural dessa disciplina, esse foco individualizante, que converte condições sociais e históricas de alienação e desigualdade em questões individuais e psicológicas, indica o projeto de sociedade com que a Psicologia está comprometida, que é o projeto capitalista. Desenvolvida em condições sociais que demandam individualismo e competição, a Psicologia serve como uma valiosa ferramenta ideológica ao justificar uma ordem social desigual, apontando as raízes desta na natureza humana (Parker, 2007).

Assim, para sanar a carência de qualificação apresentada pelos profissionais, não basta o estudo de constructos teóricos e a definição de estratégias de atuação, mas antes de tudo é necessário efetivar a discussão ontológica, a definição de para que modelo de mundo e de homem será endereçada a atuação. Mais do que uma técnica administrada indiscriminadamente, o conhecimento psicológico tem potência e a incumbência de questionar e auxiliar na produção de novas formas de sociabilidade e organização coletiva, que efetivamente contribuam para o desenvolvimento e bem estar comum.

A dificuldade de atuar de forma preventiva é outro ponto citado pelos profissionais, que relatam trabalhar muito para "apagar incêndio" e pouco na prevenção e promoção de melhores condições de vida. A imagem da Psicologia como uma profissão clínica, voltada à cura de psicopatologias e de sintomas individuais de desajustamento (ver item I.2), embasa e reforça essa expectativa colocada sobre o profissional. Tal imagem refletida em um contexto de garantia de direitos sociais e não de tratamento ou promoção de saúde, leva à queixa comum dos profissionais da falta de legitimidade do trabalho do psicólogo social na sociedade e mesmo entre os pares de diferentes formações.

Essas observações levam à pertinência de discussão do próximo item, que é a reflexão dos aspectos político eminentes à atuação profissional, já que desconsiderando-se a possibilidade de atuação neutra, toda ação profissional no campo das políticas sociais estará, de forma planejada ou não, trabalhando em prol de determinado projeto político e social. A clareza sobre esse projeto, seja para afirmá-lo ou para desconstruí-lo, é fundamental para direcionar e mensurar essa atuação.

Dimensão política da atuação

Identificou-se nesse estudo que, de maneira geral, os psicólogos atuantes em entidades socioassistenciais executoras dos serviços públicos, não sentem-se executores da política, dessa forma, poucos tem ciência e participam dos espaços de construção e controle das políticas, falta-lhes conhecimento básico do papel e relacionamento entre o poder público, conselhos e as entidades socioassistenciais. O desconhecimento das legislações indica que a atuação do profissional, e conseqüentemente da entidade contratante, não é embasada nos pressupostos descritos nesses marcos regulatórios, o que leva à constatação de que existem falhas no processo de capacitação, de acompanhamento e de controle dos serviços prestados pelo poder público.

Um exemplo a ser destacado, de como a não observação dos pressupostos legais pertinentes, impacta na prática cotidiana da entidade, é a constatação dos profissionais acerca do fato de grande parte das entidades citadas apresentarem vocação religiosa explícita na condução dos atendimentos, a despeito da indicação de que a política deve ser executada de forma laica. Essas concepções religiosas são profundamente enraizadas na prática das entidades, já que grande parte delas tem sua fundação e existência vinculadas às diferentes ordens religiosas, remetendo ao histórico assistencialista e voluntarista da Assistência Social brasileira (ver item I.1.2). Essas entidades normalmente contratam o

psicólogo devido à determinação legal, mas não compreendem e legitimam o trabalho desse profissional, propondo uma ação contradizente ao próprio Código de Ética desse profissional, que em seu segundo artigo, condena a indução a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais (CFP, 2005). Essa contradição é expressa com maior intensidade nos serviços de proteção social básica, que devido à sua especificidade e caráter preventivo, não apresenta protocolos de atuação estritamente definidos. Nos serviços da proteção social de média e alta complexidade, onde há maior interface com o sistema judicial, essa contradição apresenta menor impacto, já que grande parte das ações seguem protocolos e direcionamentos específicos.

Outro aspecto a ser destacado é que o desconhecimento e a falta de participação dos trabalhadores nos espaços de controle social - especificamente no Conselho Municipal de Assistência Social¹⁰ e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente¹¹, que tem maior impacto nos direcionamentos da Política Nacional de Assistência Social - possibilita cada vez mais a configuração desses espaços como locais de consolidação da lógica neoliberal de privatização dos serviços e alienação das responsabilidades do poder público,

¹⁰ O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é um órgão colegiado do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social no Município, tem caráter deliberativo, permanente, normativo e fiscalizador. Sua composição é paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil, vinculado estruturalmente à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS).

É responsável pela formulação de estratégias e controle da execução da Política de Assistência Social do Município, de forma articulada com outras políticas públicas e com outros conselhos, por meio de comissões, plenárias e resoluções conjuntas, dentre outros. (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cidadania-assistencia-e-inclusao-social/conselhos.php>)

¹¹ O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) tem como responsabilidade deliberar e controlar, em todos os níveis, as ações governamentais e não governamentais, da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Município de Campinas, segundo preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. É composto paritariamente, por representantes do poder público e da sociedade civil. (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cidadania-assistencia-e-inclusao-social/conselhos.php>)

o que impacta diretamente na atuação deles e na qualidade dos serviços, como veremos na sequência.

Condições de trabalho

As condições de trabalho dos psicólogos atuantes nas organizações não governamentais é um fator primordial para essa análise, já que os limites e as possibilidades de atuação desses profissionais estão diretamente relacionados com as condições em que esse trabalho se desenvolve. O processo de privatização dos serviços públicos, apoiado nas legislações vigentes e incentivado pela plataforma neoliberal, impacta diretamente na execução dos serviços e programas da Política Nacional de Assistência Social, que estão sendo desenvolvidos em sua maioria pela iniciativa privada cofinanciada pelo poder público, sem o devido suporte e controle.

Observei em minha prática profissional o impacto desse processo de privatização em vários aspectos, inicialmente vale um destaque à questão das condições salariais. O rendimento médio da categoria, que acompanhei entre os anos de 2010 e 2011, variava entre R\$1.200,00 e R\$ 1.850,00. Essa condição é a principal justificava, apontada por diversos profissionais, da perspectiva de permanecer nesses serviços apenas temporariamente, até que encontrem uma ocupação que ofereça maior retorno, o que certamente impacta na dedicação e comprometimento com as questões inerentes à essa atuação. A acentuada rotatividade de profissionais, principalmente relacionada à busca por melhores condições de trabalho, que observei na frequência do grupo e no acompanhamento das entidades, comprova esse impacto.

Além disso, outro aspecto que dificulta a atuação, são as precárias condições materiais de muitas entidades, que devido à falta de recursos não oferecem espaços e materiais de trabalho adequados. A falta de recursos também impacta na estruturação do quadro de

funcionários, já que, por contenção de despesas, trabalha-se com um número de profissionais aquém da demanda de trabalho, levando ao desvio e acúmulo de funções pelos profissionais contratados. O trabalho voluntário é frequentemente utilizado para preencher essa lacuna de profissionais, mas segundo os psicólogos é complexa essa inserção, já que o voluntário não tem a mesma responsabilidade e conhecimento da entidades como os profissionais. O ideal é que o trabalho voluntário venha a somar e não a substituir o trabalho de profissionais formados, capacitados e remunerados para a execução dos serviços.

Outro fator importante a ser destacado diz respeito à dificuldade da atuação intersetorial como um fator de precarização, já que observa-se na prática dos serviços muitos entraves nos encaminhamento e ações junto à rede socioassistencial, impossibilitando o atendimento adequado de vários casos que demandam a ação conjunta. A lógica de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, é fator preponderante na causa desse desarticulação, já que as políticas sociais, cada vez mais executadas pela iniciativa privada (Macedo et al, 2011), carecem, propositalmente, de uma lógica de funcionamento integrada, com vistas à resolução das fontes geradoras das sequelas sociais.

Observa-se que a soma dos aspectos que deflagram a precarização do trabalho, vista não como uma excessão, mas como regra do modo de produção capitalista (Neilson e Rossiter, 2008), junto com a complexidade da demanda de atendimento a situações de extrema vulnerabilidade social, característica da Política Nacional de Assistência Social, gera angústia e sofrimento aos psicólogos atuantes nas entidades. Muitas vezes, nos espaços de discussão durante os encontros e no contato com os profissionais nas entidades, os relatos eram longos e repletos de lamentações e queixas, demonstrando sentimentos de impotência frente às situações vivenciadas. Guzzo e Lacerda, 2007; Senra, 2009 e Senra e

Guzzo, 2012, refletindo sobre o trabalho de funcionários públicos atuantes na Política Nacional de Assistência Social, também relataram a presença de alto grau de sofrimento nos profissionais, o que leva à constatação de que a necessidade de discussão e reivindicação por melhores condições de trabalho é tarefa urgente, a ser executada não somente pelos profissionais do “terceiro setor”, mas pela classe trabalhadora como um todo.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país de marcada desigualdade social, por um lado observa-se um Produto Interno Bruto (PIB) nominal de 2,48 trilhões de dólares (4,14 trilhões de reais), que lhe conferiu em 2011, pelo FMI¹², a classificação de sexta maior economia do mundo, por outro lado, dados do censo de 2010 (IBGE, 2010), revelam a disparidade da divisão desses recursos, já que os 10% mais ricos da população brasileira ganharam, em 2010, 44,5% do total de rendimentos, enquanto os 10% mais pobres ficaram com 1,1%.

As diversas causas macro estruturais, que geraram a impossibilidade do país se desenvolver adequadamente, também geraram obviamente comportamentos concomitantes, mas as explicações políticas do subdesenvolvimento e da desigualdade responsabilizam apenas as características das vítimas. Essa culpa é geralmente internalizada pelas vítimas, que, por sua vez, aceitam e reproduzem essas atribuições sobre elas mesmas em um processo ideológico que tem consequências tangíveis no comportamento (Montero, 1990). As marcas desse processo ideológico estão perversamente presentes na realidade cotidiana da população brasileira, podendo ser observadas na aceitação da miséria a que grande parte da sociedade está submetida, na falta de mobilização popular por melhores condições dos serviços públicos, e na propagação sem crítica dos diversos mecanismos de manutenção ideológica.

A Psicologia, como ciência e profissão, desempenha um papel fundamental de propagação e manutenção desse processo. Tendo sido construída com os horizontes da sociedade capitalista, ela apresenta valores e práticas que não consideram e nem questionam as formas de opressão que estão sendo transmitidas ou reproduzidas por ela,

¹² <http://oglobo.globo.com/economia/brasil-a-sexta-maior-economia-do-mundo-4233033>, acessado em 28/07/2012.

permitindo e possibilitando que essa sociedade seja mais eficiente. Para superar essa condição é necessário um engajamento crítico na Psicologia, que deve contemplar três aspectos: o debate sobre o significado da natureza humana; a análise política como condição de toda discussão sobre o papel da Psicologia; e a ligação das lutas no campo da Psicologia com lutas políticas mais amplas pela mudança social (Parker, 2007).

Inicialmente, o debate sobre o significado da natureza humana, implica na compreensão dessa natureza como resultado da interação do indivíduo com o meio social que o cerca. É necessário o reconhecimento das pessoas como sujeitos históricos que são, ao mesmo tempo, determinados pelas condições materiais e históricas de seu tempo, e determinantes dessas condições, em um processo dialético, preche de contradições e superações possíveis. Sob essa ótica, as questões individuais e psicológicas são sempre refletidas à luz das condições sociais e históricas que a formam, combatendo-se a alienação.

Na sequência, o engajamento crítico implica na colocação da análise política como condição de toda discussão sobre o papel da Psicologia. Sob essa perspectiva, a reflexão acerca da atuação na Política Nacional de Assistência Social, deve levar em consideração os limites e possibilidades da prática profissional no terreno do bem estar social brasileiro contemporâneo. A Política Nacional de Assistência Social, enquanto política estatal da atual agenda neoliberal praticada no Brasil, representa uma ação fragmentada e particularizada nas sequelas da questão social, dessa forma, a atuação de qualquer profissional nesse campo representa uma intervenção parcializada, não podendo ser o eixo de transformações estruturais, já que não se remete à totalidade processual, que é a tensão fundamental própria do sistema capitalista, gerador dessas sequelas (Yamamoto, 2010).

A não observação dessa limitação, inerente ao projeto capitalista, somada à atuação em um contexto de crescente precarização, leva ao sentimento de frustração frente à

impossibilidade de mudança de situações de extrema vulnerabilidade, a que grupos e indivíduos estão expostos, devido à carência de recursos básicos como moradia, emprego, saneamento, educação e saúde. A superação dessa frustração não é possível somente através de esforços individuais e de categorias profissionais específicas, o que leva à observação do último aspecto, que é a necessidade de ligar as lutas no campo da Psicologia com lutas políticas mais amplas pela mudança social, o que implica em compreender que não há compromisso social da Psicologia se esta não estiver envolvida com um projeto político amplo de transformação social, que procure as raízes e não os reflexos do problema, e não se detenha em medidas paliativas de conformação com as condições atuais.

Assim, a inserção da Psicologia na Política Nacional de Assistência Social, terá validade se estiver comprometida com a superação das condições de desigualdade social e opressão, presentes na sociedade brasileira. Tal superação demanda, por um lado, a luta pelo aumento da oferta de serviços estatais, com efetivação de concursos públicos, e pela real responsabilização do Estado acerca da qualidade dos serviços socioassistenciais, o que incluiu a oferta de condições financeiras e estruturais suficientes às entidades cofinanciadas; por outro lado, requer a construção de um novo projeto ético-político para a Psicologia, que partindo de uma perspectiva crítica, e constante articulação com as políticas públicas vigentes, abarque a compreensão das contradições existentes na sociedade e na própria profissão, resultando em uma prática efetivamente comprometida com a transformação da realidade social.

Finalizo esse trabalho com uma citação do Leonardo Boff, que reflete o caminho percorrido por mim durante essa pesquisa,

“Há um casamento que ainda não foi feito no Brasil: entre o saber acadêmico e o saber popular. O saber popular nasce da experiência sofrida, dos mil jeitos de

sobreviver com poucos recursos. O saber acadêmico nasce do estudo, bebendo de muitas fontes. Quando esses dois saberes se unirem, seremos invencíveis.” (Boff, 2011)

Iniciei minha trajetória no mestrado mobilizada pela intensa contradição posta no meu cotidiano, por um lado vivenciava a extrema vulnerabilidade social, refletida nos serviços de atendimento aos moradores de rua, idosos desassistidos, menores infratores, entre outros, que visitava diariamente; por outro lado, constatava o ardiloso campo de forças e de coesão ideológica, tão sutil e presente no campo das políticas sociais. Em meio a esse contraste, compartilhei com um grupo de psicólogos as angústias, os dilemas e as inquietações, em construir uma prática profissional frente a tamanhos desafios. Percebi nesse processo a carência, na minha formação, de fundamentos ontológicos e epistemológicos para essa atuação, que fui buscar na academia. Tendo colocado à luz das reflexões teóricas minhas dores e questionamentos, pude alcançar um novo nível de compreensão de toda a dinâmica em que estava inserida. Essa compreensão, concebida como um processo contínuo, certamente não se estancou com a formulação de respostas absolutas, mas sim me provocou a ampliar minha percepção acerca da inter-relação entre a ciência, o contexto sócio-político-econômico e a prática profissional, de forma a vê-los como processos indissociáveis e retro alimentares, que só podem ser modificados a partir de sua gênese.

Constatando a importância e a urgência de colaborar com o emergente campo de pesquisa no país, que busca gerar tecnologias sociais efetivas para subsidiarem a prática comprometida e engajada do psicólogo no campo das políticas públicas, pretendo dar continuidade a esse estudo no doutorado, tendo como objetivo refletir sobre a intersectorialidade entre as políticas sociais, compreendendo a necessidade de sinergia entre

as políticas para o enfrentamento da complexidade dos problemas sociais. Para isso, pretendo investigar a interface entre a Assistência Social e a Educação, a partir da perspectiva de atuação do psicólogo na escola pública e nos serviços de Proteção Social Básica do SUAS: Programa de Enfrentamento a Vulnerabilidade da Família / Serviço Socioeducativo para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 Anos. Essa escolha se deve ao fato da rede executora desse serviço da Assistência Social ser a que oferece maior número de atendimentos no município de Campinas/ SP, onde o estudo será realizado (Campinas, 2011). Além disso, devido à configuração desse serviço com uma oferta diária complementar à rede regular de ensino, que tem por base a educação não formal, o aprofundamento da sua interface com a educação formal é essencial.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Alves, A. (2010). O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9, 1, 1-13.

Alves, R. (1999) *O amor que acende a lua*. São Paulo, SP: Papirus Editora.

Andrade, L. F. de; Romagnolis, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos1. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, 30, 3, 2010.

Antunes, R. (2011) *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo.

Battini, O. C. L. C. (2007). Estado e políticas públicas: contexto sóciohistórico e Assistência Social. In: *SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate / Odária Battini (org)*. São Paulo: Veras Editora; Curitiba, PR: CIPEC.

Bianchi, S.; *Quanto Vale ou é por Quilo?* [Filme-DVD]. Produção Patrick Leblanc e Luís Alberto Pereira, direção de Sérgio Bianchi. Brasil, Agravo Produções Cinematográficas S/C Ltda, 2005. Cor, 104 min.

Bock, A. M. B. (1999b). A Psicologia a caminho do novo século: Identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4, 2, 315-329.

_____ (2001). *Aventuras do Barão de Munchhausen na Psicologia*. São Paulo: EDUC e Cortez Ed.

Boff, L. (1997) *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Boff, L. (2001); acessado em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2011/11/14/pensamentos-e-sonhos-sobre-o-brasil/>; outubro/2012

Brasil (1990). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília.

_____ (1993). *Lei n. 8.742*, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília.

_____ (2004). Conselho Nacional da Assistência Social. *Resolução n. 145*, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

_____ (2005). Conselho Nacional da Assistência Social. *Resolução n. 130*, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS).

_____ (2006). Conselho Nacional da Assistência Social. *Resolução nº 269*, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS–NOB-RH/SUAS.

_____ (2009). Conselho Nacional da Assistência Social. *Resolução n.º 109*, de 11 de Novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

_____ (2011). *Lei Federal n. 12.435*, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei Federal n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e estabelece o Sistema Único de Assistência Social.

Campinas/SP (2011) *Relatório de Gestão da Assistência Social no município de Campinas*. Prefeitura Municipal de Campinas, 2011. Disponível em: www.campinas.sp.gov.br/arquivos/relatorio_gestao_2010.pdf

Campos, R. H. F. (1983). A função social do psicólogo. *Educação & Sociedade*, 5, 16, 74-84.

Canguilhem, G. (1956/1973). O que é Psicologia? Conferência dada no Collège Philosophique em 18 de dezembro de 1956. *Tempo Brasileiro*, 30, 31, 104-123. Tradução de M. G. R. Silva.

Castel, R. (2004) As transformações da questão social. In: Belfiore, Vanderley M.; Bógus, L.; Yazbek, M. C. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ.

Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília, DF: Autor.

Cunha, J. M. P. (2004) et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: *Anais Encontro Nacional De Estudos Populacionais*, 14., 2004, Caxambu. Campinas: ABEP.

Cunha, J.M.P.; Jakob, A.A.E.; Jiménez, M.A.; Trad, L.T. (2006) Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Campinas. In: CUNHA, J.M.P. (Ed.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Nepp/Unicamp, 2006.

Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F. & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22, 1, 104-111.

Delari Jr., A (2011) *Questões de método em Vigotski - aprofundando o objeto e o princípio da dialética*. Material didático para abertura do I Encontro Interdisciplinar de estudos em Psicologia, educação e marxismo. UEM.

Di Giovanni, G. (2009) As estruturas elementares das políticas públicas. *Caderno de pesquisa* n° 82, Campinas: Nepp/Unicamp.

Eidelwein, K. (2007) Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção do conhecimento. *Revista Textos e contextos*. 6, 2, 298-313.

Fontenele, A. (2008) *Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS*. Universidade Federal do Ceará, Dissertação de Mestrado.

Fricke, R.; Magidson, M. *Baraka*. [Filme-DVD]. Produção Mark Magidson, direção de Ron Fricke. Estados Unidos, Magidson Films, 1992. Cor, 96 min.

Guzzo R. S. L., Marçal C. e Rybka L. (2012) Different facets, problems and potentialities for critical psychology dealing with everyday life of Brazilian Working Class. *Annual Review of Critical Psychology (no prelo)*.

_____ e Lacerda JR., F. (2007) Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Interamerican Journal of Psychology*. [online], 41, 2, 231-240.

_____ e Euzébios Filho, A. (2005) Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos sobre educação*, 4, 2, 39-48.

Heidrich, A. V (2006). Transformação no estado capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 5, 5, 1-9.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (29 de novembro de 2010). *Censo Populacional 2010* (PDF). Página visitada em 11 de dezembro de 2010.

Jardim, J.; *Pro dia nascer feliz* [Documentário -DVD]. Produção Flávio R. Tambellini, João Jardim, direção de João Jardim. Brasil, 2006. Cor, 88 min.

Lima, T.C.S., Miotto, R.C.T.; Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katális*, 10, n. esp., 37-45.

Lukács, G. (1978). As Bases Ontológicas da Atividade Humana. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. In: *Temas de Ciências Humanas nº 4*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

Lund, K., Lee, S., Scott, R., Scott, J., Veneruso, S., Woo, J., Charef, M. e Kusturica, E. *Crianças Invisíveis (All the invisible children)* [Filme-DVD]. Produção Maria Grazia Cucinotta, Chiara Tilesi e Stefano Veneruso, direção de Kátia Lund, Spike Lee, Ridley Scott, Jordan Scott, Stefano Veneruso, John Woo, Mehdi Charef e Emir Kusturica. Itália, Rai Cinemafiction, 2005. Cor, 119 min.

Macedo, J. P., Sousa, A. P. D., Maira, F., Sousa, S. D., & Dimenstein, M. (2011). O psicólogo brasileiro no SUAS: Quantos somos e onde estamos? *Psicologia em Estudo*, 16, 3, 479-489.

Maricato, E. (2003) Metr pole, Legisla o e Desigualdade. *Estudos Avançados*. 17, 48.

Martin-Baró, I. (1998) Hacia una Psicologia de la liberacion. In: *Psicologia de la liberacion*. Portugal: Ed. Rotta.

Mestriner, M. L. (2001) *O Estado entre a filantropia e a Assistência Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

Montaño, C. (2002) O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. *Lutas Sociais*, 8, 53-64.

Montero, M. (1990) Ideology and Psychosocial Research in Third World Contexts. *Journal of Social Issues*, 46, 3, 43-55.

Montero, M. (2010) Crítica, autocrítica y construcción de teoría en la psicología social latinoamericana. *Revista Colombiana de Psicología*, 19, 2, 177-191.

Neilson, B.; Rossiter, N. (2008) Precarity as a Political Concept, or, Fordism as Exception. *Theory Culture Society*, 25, 7-8, 51-72.

Netto, J. P. (2011) *Introdução ao Estudo do Método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular.

Nogueira, M. A. (2004) *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez.

Paiva, I. L.; Yamamoto, O. H. (2010) Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". *Estudos de Psicologia*, 15, 2, 153-160.

Parker, I. (2004) A desconstrução da psicopatologia na pesquisa ação. *Mental*, II, 3, 15-29.

_____ (2007) *Revolution in Psychology: Alienation to Emancipation*. Pluto Press.

Prefeitura Municipal de Campinas (2004) *Mapa de inclusão/exclusão social da cidade de Campinas*. Prefeitura de Campinas: Secretaria de Assistência Social.

Prilleltensky, I & Nelson, G. (2002) *Doing Psychology Critically – making a difference in diverse setting*. NY: Palgrave MacMillan.

Senra, C. M. G. (2009) *Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento* / Carmem Magda Ghetti Senra. – Tese de Doutorado. Campinas: PUC- Campinas.

_____ e Guzzo, R.S. L. (2012) Assistência Social e Psicologia: sobre tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24, 2, 293-299.

Seu Jorge (2005). Problema Social. Em *Ana & Jorge - Ao Vivo*[CD]. São Paulo: Sony, BMG.

Souza, Mauricio R. (2009) *Unidade na diversidade- Psicologia e Compromisso Social*; São Paulo: Escuta.

Sposati, A. O. (2004) *A menina Loas: um processo de construção da Assistência Social*. São Paulo: Cortez.

Ximenes, V.M.; De Paula, L.R.C.; Barros, J.P.P. (2009) Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 29, 4, 686-699.

Yamamoto, O.H. (2007) “Políticas sociais, “terceiro setor” e ‘compromisso social’: perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo.” *Psicologia e Sociedade*, 19, 01, 30-37.

_____, Oliveira, I. F. (2010) Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 26, n.spe, 9-24.

Yasbek, M.C. (2004). As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS . *Revista Serviço Social & Sociedade*, XXV, 77, 11-29.